



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruano, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zannusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Peny Borsatto, Ricardo Chab, Samis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Duílio Genari, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio e Nereu Moura (06). Em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OF. 102/96

Curitiba, 11.06.96.

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo este subscrevem, na qualidade de representantes da Comunidade de Campos Gerais, mais precisamente do Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com assento na Assembleia Legislativa deste Estado, componente da Bancada do PSDR, respeitosamente vêm à sua presença com o devido respeito, solicitar

se digne determinar através do órgão próprio a liberação imediata da verba destinada a conclusão da ponte que está sendo edificada sobre o rio Tibagi, naquele município supra mencionado.

Outrossim, informamo-lhe que referida obra, é anseio e esperança da comunidade, pois com a conclusão dela, vários acidentes serão evitados. Os quais muitas vidas já ceifaram e seqüelas irreversíveis já ocasionaram.

Na certeza de sermos atendidos por Vossa Excelência, quanto aceleração da verba destinada à referida obra, antecipamos agradecimentos, por conhecermos seu alto espírito de empreendimento e atendimento às comunidades de nosso Estado e de nosso País.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(aa) JOCELITO CANTO

LUIZ CARLOS ZUK

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

PÉRICLES MELLO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER após ouvido o douto Plenário preferência na discussão e votação ao Substitutivo Geral da Comissão de Finanças do Projeto de Lei n° 282/95, relativo à Mensagem n° 46/95 de autoria do Poder Executivo, item 01, da Ordem do Dia 11/06/96.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia, total a partir do item 02 da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 236/96, oriundo da Mensagem Governamental n° 049/96, e enviado para a Comissão de Agricultura desta Casa, pois o referido projeto não passou por esta Comissão, e precisa ser analisado pela comissão competente.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO N° 328-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação por 10 sessões do Projeto de Lei n° 449/95.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 156/96, de autoria do Deputado Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Assis Gabriel Bandeira, ocorrido ontem, no Município de Marmeleiro, no Sudoeste do Estado.

Requer, ainda, seja dado ciência deste requerimento aos familiares do extinto, na pessoa da viúva do mesmo, Senhora Célia Lopes Silveira, à Avenida Dambros e Piva n° 215 - CEP: 85618-000 Marmeleiro - PR.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido na localidade de São Bento, Município de Carazinho, no Rio Grande do Sul, em 11 de outubro de 1919, Assis Bandeira já era viúvo, casado em segundas núpcias com Dona Célia. Possuía 7 filhos, 13 netos e 3 bisnetos.

Em 1951, transferiu-se para o sudoeste, sendo um dos pioneiros do Município de Marmeleiro, inclusive tendo trabalhado pela emancipação, o que levou a ser eleito como primeiro Prefeito, em 1965. Trabalha-

dor incansável em prol da comunidade e grande líder político, sempre consultado para opinar e decidir os destinos do município, Assis Bandeira retornou à Prefeitura em seguida gestão de 1973 a 1977, tendo inclusive presidido a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, por três gestões consecutivas.

Além de sobressair-se na vida pública, Assis Bandeira foi um desbravador no ramo madeireiro da região. Como empresário, exerceu o cargo de Diretor Presidente da Dambros e Piva, mais tarde Dambros Madeireira Agrícola Ltda., considerada uma das mais importantes indústrias da cidade, geradora de inúmeros empregos.

Exemplo de ser humano, tanto no âmbito familiar quanto na vida pública e social, Assis Bandeira possuía um vasto círculo de amizades e recentemente foi agraciado com o Título de Cidadão Honorário do Município de Marmeleiro, em reconhecimento à contribuição que sempre procurou dar ao desenvolvimento do mesmo.

Ante o exposto, solidarizamos-nos com o pesar dos familiares e prestamos aqui a nossa homenagem póstuma a Assis Gabriel Bandeira.

REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Alice Lopes Ferreira, ocorrido no dia 11 próximo passado, em Arapongas - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao filho, Senhor Eugênio Ferreira, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Tovaçu, 20 - Vila Triângulo, CEP 86.702-590, no Município de Arapongas - PR.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "A Tribuna" de Realeza, alusivos ao seu lançamento ocorrido no dia 1° próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor daquele Jornal, Senhor Milton Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Bruno Zuttion, n° 3066, CEP 85.770, Realeza - PR.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

nicipio, com competência, com criatividade, com responsabilidade de homem público.

Justamente na época em que diversos municípios do nosso Estado encontram-se às beiras da falência, Araruna demonstra que tem um Prefeito que ao lado de sua incansável esposa Cleusa Marques Teixeira, acompanha a pujança do município que busca formas criativas de atendimento ao povo que lhe confiou o mandato. Por este motivo é que se faz merecedor desta singela, mas justa homenagem.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Agricultura solicitando a realização de readequação das seguintes estradas rurais no Município de Medianeira:

- Morro da Salete até a PR-495;
- Morro da Salete até Ocoy Federal;
- Linha São Francisco e
- Assentamento Sávio.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A realização da readequação das estradas rurais no Município de Medianeira, acima referida beneficiará a população rural. A readequação das estradas rurais irá trazer o desenvolvimento econômico para as comunidades rurais, gerando mais empregos e aumentando a qualidade de vida da população.

A agricultura paranaense necessita de apoio para fomentar a produção, para isso, a infra-estrutura básica, através de readequação das estradas rurais, é fundamental para o desenvolvimento da nossa agricultura.

Posto isso, solicito a aprovação deste requerimento por parte dos Deputados desta colenda Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando a imediata inclusão da tribo Avá-Guarani, situada no Oeste do Paraná, no Programa Paraná Indígena.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A tribo Avá-Guarani luta há mais de 10 anos para ser reassentada em uma área adequada para manter a tradição e os costumes,

indígenas. Os Avá-guaranis estão localizados no extremo Oeste do Paraná e passam por enormes dificuldades e grandes privações. Faltam roupas, agasalhos, cobertores, comida e remédios para homens, mulheres e crianças, que sofrem bastante com a proximidade do inverno.

Portanto, nada mais justo do que a inclusão imediata da tribo Avá-Guarani no Programa Paraná Indígena.

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, fazendo uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. Jaime Leiner, solicitando as providências necessárias, no sentido de determinar a readequação dos convênios de cooperação financeira entre o Estado e os Municípios e demais instituições, em especial às APAES, de forma a repassar os recursos para pagamento aos professores contratados pelo convênio, ao valor do PC-3, de acordo com a elevação concedida aos enquadrados e que essa readequação seja retroativa ao mês de abril.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A conquista concedida pelo Executivo aos professores da rede Estadual de Ensino, foi uma mostra da sensibilidade do governo para com suas agruras por que vinha passando os nossos educadores e um reconhecimento justo àqueles profissionais.

Os professores de que trata o presente requerimento, não podem ficar à margem da classe, ainda mais que a maioria deles trabalha com crianças carentes e deficientes, que exigem maior dedicação e sacrifício. Nada mais justo que a compreensão e reconhecimento da parte do Poder Executivo se estenda a esses profissionais de forma a não excluí-los da sua própria classe profissional, o que, em última análise seria uma discriminação.

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal (D.N.E.R), no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes para a implantação de redutores de velocidade e sinalização vertical e ou/horizontal no trevo da BR-376 com a PR-559 na Cidade de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A colocação de redutores de velocidade e sinalização servirão como medida paliativa para amenizar a situação atual, até a construção de uma intercessão em caráter definitivo.

Devemos destacar ser a BR-376 importante corredor de transporte de toda a Região Noroeste e Norte, para os grandes centros do Brasil.

A nossa preocupação é com o grande número de acidentes que vêm acontecendo nos últimos tempos no trevo da BR-376 com a PR-559, inclusive com vítimas fatais.

Devemos ressaltar que no lado pertencente ao Estado do Paraná, ou seja no entroncamento da PR-559 que liga São Carlos do Ivaí e o Município de Florai com Presidente Castelo Branco já existe tal sinalização, entretanto existe a necessidade da colocação no cruzamento da BR-376.

REQUERIMENTO N° 313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, PEQUEP, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes para a implantação de redutores e sinalização vertical e ou/horizontal no acesso principal e secundário da estrada para a Cidade de Mariópolis na PRT-280 que sirvam como orientação aos motoristas.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A colocação de redutores de velocidade e sinalização servirão como medida paliativa para amenizar a situação atual, até a construção de uma intercessão em caráter definitivo.

Nesse sentido temos recebido apelos angustiantes do Senhor Prefeito Municipal Nadir Pereira, bem como do Vereador Valentin Miton.

Devemos destacar ser a PRT-280, importante corredor de transporte da região sudoestina para os grandes centros do Brasil.

A nossa preocupação é com o grande número de acidentes que vêm acontecendo nos últimos tempos no acesso principal e secundário da entrada para a Cidade de Mariópolis, inclusive com vítimas fatais.

REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, solicitando o

repasso a todos os municípios do Estado, para pagamento dos professores conveniados que encontram-se em atraso por mais de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, PEQUEP, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Nilo Klhein, Prefeito Municipal de Nova Tebas, pelo prêmio que lhe foi outorgado pelo Jornal Correio do Recife de Administrador Público mais bem sucedido do país. A premiação foi outorgada a partir de dados oficiais fornecidos pelas Secretarias Estaduais, onde o Prefeito, gastando apenas 2,4 mil para divulgar sua administração numa rádio local e no órgão oficial da Prefeitura.

Além do mais realizou uma das mais profícuas administrações que já se teve notícia em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 320

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, PEQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente, ao Presidente da República e ao Ministro da Comunicações solicitando o fim da repressão e fechamento das rádios comunitárias e agilização na aprovação do projeto de lei que regulamenta a radiodifusão comunitária no País.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA
EMERSON NEFONE
PERICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A radiodifusão comunitária desempenha papel de fundamental importância na promoção da cidadania e na integração das comunidades, que, em geral, são desprovidas de infra-estrutura de comunicação. No Brasil, esta regulamentação assume importância especial. Aproximadamente 60% dos municípios brasileiros não dispõem de serviço algum de radiodifusão. Tão grande é a carência de comunicação radiofônica por parte destas comunidades que, em quatro meses, cerca de 1.200 entidades rurais (cooperativas, sindicatos, associações, etc.) manifestaram intenção de operar uma dessas emissoras, segundo previsão da Associação Nacional de Rádios Comunitárias - RADIOCOM.

No Estado do Paraná foram fechadas, nos últimos dias, pela Polícia Federal cerca de cinco rádios comunitárias, a man-

do do Ministério das Comunicações. Nos Estados do Paraná e São Paulo, o número de rádios comunitárias fechadas já chegam a 111 emissoras.

A rádio comunitária permite dar voz a quem não a tem com a instalação de veículos de radiofusão de até 50 Watts. Estes veículos de comunicação são de controle social, permitindo a atuação dos movimentos e organizações sociais tanto nas questões administrativas como na sua programação. Cada emissora comunitária tem um investimento médio de R\$ 5.000 (cinco mil reais), para sua instalação e tem perspectiva de criar de três a dez empregos diretos, no curto prazo.

A democratização dos meios de comunicação, através da regulamentação das rádios comunitárias, é de importância fundamental para o avanço e fortalecimento da cidadania em nosso País.

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança, que apure as responsabilidades pela agressão de trabalhadores na Vila Zumbi.

No 09 de junho passado, domingo, às 05.45 hs. um grupo de cerca de 15 a 20 policiais, fardados e armados, invadiram o acampamento de sem-tetos na Vila Zumbi em Colombo, espancando de maneira criminosas, homens, mulheres e crianças.

Isto não pode se repetir e deve ser apurado responsabilidades e punir todos os culpados.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, secretário de Estado da Agricultura, solicitando cópia de inteiro teor do processo n° 2.379.968-5 (Sistema Integrado de Documentos) e do memorando n° 67/95.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda.

Solicito informação referente ao financiamento de 25% do custo de cada empre-

endimento no trecho denominado FERROVILA - Curitiba.

1. Qual o total do financiamento?
2. Cópia de inteiro teor do contrato entre o F. ESTADO e a COHAB e/ou Prefeitura de Curitiba.
3. Quais foram os critérios para que o F. ESTADO financiasse este empreendimento, tendo como construtores as seguintes Construtoras: Cidadela, Gustavo Permann e Guimarães Costa?

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 246/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento de Arroio Grande, com sede e foro no Município de Pitanga.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) CEZAR SILVESTRE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Arroio Grande, do Município de Pitanga, Estado do Paraná, entidade filantrópica, criada em 21 de dezembro de 1991, tem como objetivo representar e coordenar as reivindicações e interesses gerais dos moradores dessa área.

Visando defender seus interesses, a Associação trabalha como elo com outras entidades, conselhos e poderes públicos existentes na comunidade, pleiteando as respectivas soluções, visando garantir a seus associados o atendimento as necessidades básicas, contribuindo de forma fundamental para uma vida mais digna e humana.

PROJETO DE LEI 247/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, de Londrina - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.96.

(a) ANTONIO FELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, que ora procura se declarar de Utilidade

Pública, vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício das crianças e adolescentes daquele Colégio.

Já que preenche todos os requisitos da Lei nº 6.994/78, e realiza tão nobre tarefa com êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero poder contar com o apoio dos nobres Senhores Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por solicitação dos Deputados Florisvaldo Fier, Emerson Nerone, Irineu Colombo e Péricles Mello que tiveram regimentalmente o seu requerimento aprovado, esta Presidência concede com satisfação a palavra a um dos primeiros oradores representantes da Associação Cultural e da Comunicação Democrática, Senhor João Colbert Pello.

O SR. JOÃO COLBERT BELLO - Boa tarde, Senhores Deputados.

Estou aqui representando a Associação de Cultura Democrática, e vamos iniciar a nossa palavra lembrando o Art. 5º da Constituição Federal, que diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes, indo diretamente ao inciso IX, em que reza que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

A "Ondas Livres" é uma entidade formada por instituições do campo sindical, do campo popular, do campo ambientalista e também eclesial e que luta pela democracia na comunicação em nosso País, mais precisamente pela regulamentação de um projeto que tramita no Congresso Nacional das rádios e TVs comunitárias de pequeno alcance.

Se trata, Senhores Deputados, de um projeto que vem alterar significativamente o contexto econômico, social e cultural de todas as comunidades do nosso País. E aqui no Paraná, temos tido a insatisfação de ver pequenas rádios serem fechadas pela Delegacia do DENTEL, com base numa legislação caduca da época da ditadura, dos primórdios de 1967, 1968, indo contra as determinações até de pactos internacionais em que o nosso País é signatário, como o caso do pacto da São José da Costa Rica, em que delibera que as rádios comunitárias na realidade, elas são um direito das comunidades e portanto estão passíveis de serem colocadas no ar a partir de agora.

Se trata, Senhores Deputados, de rádios com até 50 watts, um alcance que não passa de 10 km de raio, e gostaria de dizer aos Senhores Deputados que no momento em que nosso País atravessa uma crise de emprego, as rádios comunitárias num curto prazo de tempo de 6 meses pode criar cerca de 2.000 empregos em nosso Estado, com aplicação de recursos da ordem de um milhão e duzentos mil reais, recursos esses que não virão nem de Fundo de Desenvolvimento Estadual ou nem do próprio Estado, virão sim, dos próprios atores sociais da comunidade, porque a rádio comunitária que queremos ver regulamentada é aquela que tem o controle social e que garante a participação das associações de moradores, que garante a participação das igrejas, garante a participação do meio sindical, enfim, de todos os atores sociais de uma comunidade, estarão sendo representados nessas rádios que se quer ver regulamentadas.

Pela importância da aprovação desse projeto que está no Congresso Nacional, é que conclamamos a todos os Senhores Deputados, que façam contato com os seus representantes na Bancada Federal e que agilizem esse processo, porque não podemos viver com a nossa liberdade sob perigo como está ocorrendo. A Rádio "O Senhor" em Piraquara, teve lacrados os seus transmissores e na semana passada 90% da população da comunidade de Piraquara saía às ruas no dia de Corpus Christi, pedindo o quê? Pedindo que a rádio volte a ser colocada no ar. A Rádio Liberdade, olhem a ironia, o nome da rádio é liberdade, de Colombo, teve os seus direitos cerceados e foi fechada também na semana passada. Quem tem medo de uma rádio comunitária, que só vem para atender os interesses da comunidade?

Senhores Deputados, a hora é agora! A pressão junto ao Congresso Nacional para que isso se viabilize é importante, mas gostaríamos também de sair deste Plenário, da Casa do povo com o aval de todos vocês, ao documento que vai ser lido em seguida pela companheira Márcia, e convidar também para que se crie neste Parlamento uma Comissão de Deputados para nos acompanhar até a Delegacia do DENTEL, no próximo dia 13, numa audiência com a Delegada Dra. Teresinha, no sentido de cessar imediatamente esse tipo de repressão do regime de arbítrio.

Minha gente, se trata de uma revolução no campo econômico, se trata de uma revolução com campo social, porque a própria ONU delibera a suma importância das rádios comunitárias para se difundir a saúde, a educação e a cultura. Se trata de uma revolução cultural porque se trata de dar ardez de voz aos atores de uma comunidade.

É por isso, minha gente, que queremos

o apoio deste Plenário.

Passo a palavra, agora, à companheira Márcia, que vai fazer a leitura do documento que se espera que sejam todos signatários.

A SRA. MÁRCIA - (Lê):

ONDAS LIVRES
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE
COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

O artigo 5º da Constituição Federativa Brasileira reconhece a garantia fundamental de liberdade de comunicação, permitindo a todo cidadão acesso aos meios de comunicação social. Também conforme o anexo ao Decreto nº 678/92 que promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no seu artigo 13 dispõe que não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controle oficiais ou particulares do papel da imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e de opiniões.

No entanto a realidade brasileira apresenta outro cenário - o do monopólio da comunicação. No Brasil são apenas 09 (nove) famílias que mantêm o controle sobre os meios de comunicação, influenciando e manipulando a produção e transmissão de informações, programas, idéias e valores, bem como ocupando e dominando o espaço que deveria, segundo a Constituição, ser democrático.

A emergência de rádios comunitárias no Brasil é a própria expressão da democracia na comunicação, do desejo de se manifestar culturalmente, de expressar anseios e lutas, reivindicações e conquistas, de concretizar através da comunicação um espaço verdadeiramente democrático nas comunidades onde elas possam partilhar do direito à liberdade de expressão e do exercício pleno da cidadania.

A repressão e apreensão de rádios comunitárias constitui-se em ato ilegal e inconstitucional contrariando pactos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica e deliberações da própria ONU - Organização das Nações Unidas, além da própria Constituição Brasileira que estimulam a democratização dos meios de comunicação.

Lembramos ainda que o artigo 70 da Lei 4.117/62, argumento legal utilizado pelo Ministério das Comunicações para determinar o fechamento de rádios em operação não autorizadas, não se aplica ao caso das rádios comunitárias - de baixa potência, objetivos culturais e sem fins lucrativos -

amparadas por dispositivos constitucionais e convenções internacionais em vigor, conforme entendimento já consagrado no âmbito do Poder Judiciário.

Assim sendo, a fim de garantir, mesmo que a título precário, o direito das comunidades de se organizarem para operar rádios comunitárias, vimos muito respeitosamente, reivindicar de Vossa Excelência a adoção das seguintes medidas abaixo propostas:

1º) Apoio à regulamentação da Radiodifusão Comunitária com controle público, sem fins lucrativos e programação plural, suprapartidária e ecumênica, em conformidade com as propostas apresentadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação;

2º) Imediata suspensão das ações de repressão das rádios comunitárias;

3º) Devolução dos equipamentos apreendidos e liberação para o seu livre funcionamento;

4º) Articulação e organização de uma Frente Parlamentar em Defesa da Radiodifusão Comunitária.

Confiante no alto espírito democrático de Vossa Excelência, aguardamos sua gentil acolhida, subscrevendo este documento.

Curitiba, 04 de junho de 1996.

Assinaram esta carta manifesto, até o presente momento, os seguintes Deputados: Florisvaldo Fier, do PT; Luiz Claudio Romanelli, do PMDB; Nelson Tureck, do PDT; Algaci Túlio, do PDT; Nelson Justus, do PTB; Ângelo Vanhoni, do PT; Beto Richa, do PSDB; Irondi Pugliesi, Caíto, Geraldo Cartário, do PTB; Emerson Nerone, Irineu Colombo, do PT; Péricles e Nerone.

Aguardamos, então, a assinatura dos Deputados que ainda não se comprometeram com as medidas e, se estiverem disponíveis a dar seu apoio, aqui está a carta manifesto para assinaturas.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Alguns dos Senhores Deputados, que queiram subscrever a carta, o Deputado Rosinha vai passar no Plenário. Inclusive esta Presidência, Deputado Rosinha, quer subscrever. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti também.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Prefeito de Corumbataí do Sul, Osnei Picano, e também do ex-Prefeito de Nova Tebas, Luiz Carlos e o Vereador Joares, também lá de Nova Tebas, pela sua presença, hoje nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado à satisfação, pela Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - É apenas para registrar a presença do Prefeito de Piraquara, João Guilherme Ribas Martins, acompanhado da comunidade de Piraquara, que vem aqui fazer a justa reivindicação, para que a rádio possa permanecer comunicando-se e integrando-se cada vez mais com a comunidade de Piraquara. A nossa manifestação de apoio. Já assinamos o manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificada a posição do Deputado Neivo Beraldin, e sabemos que seria essa, realmente, a sua atitude.

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

Cumprimento o Deputado Irineu Colombo, pela tribuna, que está usando pela primeira vez, ao lado do ilustre Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero me somar à manifestação das rádios comunitárias. Hoje pela manhã recebi um telefonema da Rádio Esperança de São Paulo, que mantém uma Campanha Nacional de Arrecadação de Fundos, para viabilizar uma rádio modelo, uma rádio já com Projeto de Educação, inclusive com relação a educação profissionalizante. Quer dizer, é uma coisa bonita, colocando realmente os veículos de comunicação a serviço da sociedade e sobre o controle da sociedade, o que é um elevo, é uma homenagem à democracia brasileira.

O que me traz à tribuna, Senhor Presidente, ilustre Deputado Zuk, Senhores Deputados, é relatar aqui, brevemente, a nossa visita feita a ocupação do Movimento Sem-Terra na Fazenda Jacometi Barodin.

Naquela ocasião, acompanhávamos a visita feita pelo Presidente do PT, o ex-Deputado Federal José Dirceu e também acompanhado pelo Senador Eduardo Suplicy - além das Lideranças do Movimento Sem-Terra, lideranças locais, como dos Prefeitos Municipais, Vereadores.

E estivemos lá no acampamento pela manhã, acompanhando a realidade daquele acampamento ali no Rio Bonito do Iguaçu, onde um frio intenso, uma fumaça que tomava conta do ambiente. Naquela noite havia morrido três crianças - uma por causa da verminose e duas pela fraqueza, falta de nutrição associada ao frio. Morreram seis crianças no acampamento até agora, devido a situação precária que lá se encontra.

Foi levada essa preocupação às direções municipais, estamos levando e concludando às autoridades do Estado do Paraná, ao Senhor Secretário Armando Paggio. Já tivemos uma providência por parte da Secretaria da Agricultura com relação ao atendimento de cesta básica, um caminhão para levar cestas básicas que estão sendo coletadas, para que pelo menos, mitiguem a situação dramática pela qual passam aquelas famílias. E diante, inclusive, de uma perspectiva de solução, com o assentamento daquela área.

Mas, se de um lado falamos da tragicidade do problema que estão enfrentando as famílias dos sem-terra lá em Rio Bonito do Iguaçu, que luta bravamente contra uma estrutura aracaica, lutam contra ações políticas daqueles que são contrários ao processo de reforma agrária. As famílias enfrentam esses problemas, mas por outro lado temos que manifestar aqui a alegria, o outro lado da medalha, que ao contrário da morte, é a felicidade e a alegria de inaugurar, naquela sexta-feira à tarde, a Cooperativa de Reforma Agrária no Município de Nova Laranjeiras, num ato público reunindo mais de 3 mil pessoas, contrastando-se com as mortes do acampamento.

Tivemos a inauguração de Silos de Armazenagem, a inauguração de uma loja de insumos agrícolas e de um supermercado, oriundo de uma Cooperativa fundada por agricultores, ex-sem-terras assentados na região de Nova Laranjeiras.

Também assistimos naquela tarde, a entrega de 14 caminhões, tratores, máquinas agrícolas, todas de propriedade desta Cooperativa. É uma coisa bonita, e está sendo levado ao Brasil todo esse exemplo do Paraná, dos assentados do Paraná, que mostra que, dando um pedacinho de chão, um pouquinho de recurso e deixar a boa vontade do lavrador acontecer, eles revolucionam, geram empregos, vão comprar uma blusa, uma camisa no mercado, compram na mercearia, movimentam a economia local, produzem riqueza, livra-se a cidade da concorrência - os atuais desempregados - fazem a revolução acontecer, que é o homem produzindo no seu próprio instrumento que é a terra, a sua sobrevivência e não mendigando, assaltando, roubando nas cidades, sem condições de sobrevivência.

Este é o exemplo claro que a reforma agrária tem exemplos bonitos para ser dado. A reforma agrária é a solução, a parte bonita está aí, a parte trágica é o sangue, é a morte das crianças, sangue de carajás e a morte das crianças aqui no Paraná. A parte bonita é essa saída de progresso, de solução para o campo com essa Cooperativa em Nova Laranjeira. Se não bastasse essa Cooperativa, nesta sexta-feira será inaugurada outra no Município

de Cantagalo, onde temos uma farinheira, onde temos silos, temos revenda de insumos agrícolas. Os agricultores, ao invés de dar para os cerealistas, que ficam com parte do lucro da transação comercial, ficam para si, reinvestindo na Cooperativa, que dá crédito para a pequena propriedade. Então, fomenta um círculo de progresso, e esse exemplo o Paraná está dando, Senhores Deputados.

Essa é a reforma agrária que queremos e estamos dando exemplo ao Brasil, e será mostrada em cadeia nacional no dia 20, para o programa do Partido dos Trabalhadores, um exemplo do Paraná, dos assentados do Paraná, dos agricultores desse Estado.

A reforma agrária, portanto, está sendo colocada no seu devido patamar, com um exemplo concreto de como ela pode acontecer, e não às escondidas e sem belos exemplos. Ainda, parte da imprensa nacional - de alguns que se dizem formadores de opinião - pregam exemplos isolados dos problemas. Efetivamente que temos, quando se trata de uma ocupação, o problema de ordem disciplinar - o problema de uma terra que é repassada para outro, sem o devido cuidado - e esse exemplo é tomado como regra, e não como exceção. Nós estamos revertendo esse processo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, reverte o processo, às custas de ocupação e de sangue, mas está revertendo o processo, mostrando que a reforma agrária é a verdadeira saída para o Brasil.

Mesmo os militares de 1964, já tiveram idéia avançada da questão da reforma agrária. Tanto é que nessa tarde, usando do Grande Expediente, uma outra faceta da reforma agrária, que contraria inclusive esse documento "Estatuto da Terra", engendrado pelos militares, mostramos aqui o que é o Imposto Territorial Rural na realidade brasileira.

Senhores Deputados, pasmem! Senhor Presidente, aqui no Brasil, os maiores proprietários de terras, são bonificados com a isenção do Imposto Territorial Rural, que o Estatuto da Terra criou como instrumento fiscal não apenas arrecadatário, para colocar dinheiro nos cofres públicos, mas um instrumento de ajuste de justiça social, de ajuste dos problemas da sociedade. Se há concentração de terra, que se crie mecanismos econômicos, mecanismos fiscais de fazer esse acerto. E o ITR quando foi criado, foi com esse princípio, não apenas arrecadatário, mas sim para resolver o problema social. Pegar o Imposto e transformá-lo em renda para estimular a reforma agrária.

Mas os índices de evasão fiscal do Imposto de Renda no Brasil, segundo os dados da Receita Federal, no setor agropecuário,

registra a mais elevada taxa: 68% de evasão fiscal. Ou seja, de cada 100 reais devidos, 68 foram sonegados. Os índices dos demais setores são: indústria extrativa: 24%; indústria: 5%; serviços: 5%; comércio: 15%; e outros setores: 17%.

Considerando apenas o ITR/94 os 200 maiores imóveis do País, propriedades acima de 50.000 ha, deixaram de recolher cerca de R\$ 200 milhões, sendo responsáveis por 50% da inadimplência total do ITR: o percentual de inadimplência para esta faixa é de 99,7%, embora tivessem que pagar em média hectares apenas no ITR/94 V R\$ 13,00 desde que existe o ITR (pelo Estatuto da Terra 1994).

A tributação efetiva da propriedade rural no Brasil equivale a 0,2% da arrecadação federal. A participação da arrecadação do ITR em relação ao PIB alcança o inexpressivo índice de 0,04%. Esses valores só encontram paralelo, de acordo com o Banco Mundial, com as economias africanas. Os percentuais brasileiros de tributação da terra equivalem ao do Chade e Camarões. Na Coreia do Sul e Japão a arrecadação tributária sobre o preço é de 12% e 25%, respectivamente, a Espanha e Alemanha de 4% e 5%, respectivamente. Em média nos países da Europa a arrecadação é de 5% do PIB, na Argentina e Uruguai de 2%. Mesmo em países de dimensão continental, como Canadá e Estados Unidos, o imposto sobre a propriedade rural representa em torno de 5% do total das receitas tributárias do país.

Se tomarmos por base que há débitos acumulados milhões e que seria possível arrecadar em torno 1.5 a 2 bilhões por ano, e se esses recursos fossem de fato destinados ao INCRA - para efeito da reforma agrária. Considerando ainda que uma família assentada custa em média em torno de 15 mil, teríamos aí a fonte de financiamento de assentamento de pelo menos 100 mil famílias por ano. Meta jamais alcançada por nenhum programa.

Pode-se também comparar com o orçamento total do INCRA, que nesse ano será de apenas 1,2 bilhões de reais, para ver a importância que a ITR poderia ter no financiamento da Reforma Agrária.

O Governo chegou a usar uma retórica de que utilizaria o ITR como fonte de recursos, mas não passou de retórica.

2.1 - A tese de municipalização ou de estadualização do ITR é ingênua e equivocada. Não existem razões técnicas para tanto, os argumentos de quem as defende em uma única toada; os governos progressistas (em algum estado ou município) poderiam utilizar o tributo. Isso significa dizer que a taxa da terra no Brasil não será tratada com equidade, nem do ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista fun-

diário-agrícola. Implica admitir que o governo federal não tem, nem terá vontade política de transferir o ITR. Ainda pior significa transferir, às localidades mais conflituosas, o poder de tributar às mãos de quem tem procurado impedir a sua utilização secularmente. A prova disso é que a exigência do ITR nos municípios (ou estados) e reclamada pelos ruralistas mais conservadores: principalmente estes querem o tributo fora da SRI (que pode cruzar os dados do IPT com IRPI, IRPJ) que apoiada e cobrada tem poder de fogo para dar eficácia ao tributo. O IPT fora da União e da SRF é produto de ingenuidade, equívoco ou pura má-fé.

Nenhum país conseguir cobrar ITR a nível municipal e as experiências de cobrança estadual no Brasil foram negativas;

2.2 - Determinação do Presidente da República ao Ministro da Fazenda para cobrar os Secretário da Receita Federal medidas imediatas e efetivas contra a evasão fiscal do ITR: endurecimento da legislação, cobrança dos maiores devedores, fiscalização do IRPJ, IRPF, ITR dos proprietários rurais inadimplentes e/ou devedores contumazes para resgatar ainda em 96, aproximadamente R\$ 1,5 bilhões;

2.3 - Substituição do Imposto Territorial (ITR), pela Contribuição Territorial Rural para Reforma Agrária (CTRA), vinculando o resultado desta arrecadação ao custeio dos assentamentos rurais: como previa o Estatuto da Terra;

2.4 - Promover amplo recadastramento nacional dos possuidores de imóveis rurais, em ação conjunta do INCRA/IPAMA/SRF, para a identificação e registro regular dos imóveis atualmente existentes; com vistas a permitir o gerenciamento de políticas públicas para o setor, a partir de informações atualizadas e compatíveis para os três órgãos;

2.5 - Aplicação da Medida Cautelar Fiscal aos devedores do ITR, corte de crédito rural dos inadimplentes e prisão dos sonegadores;

2.6 - Encaminhamento ao Congresso Nacional imediatamente, pelo poder executivo de projetos de regime de urgência, transformando o ITR em CTRA ou baixar medida provisória;

2.7 - O ITR ou CTRA devem ser mantidos na União, na SRF, compartilhando-se o cadastro, que deve ser o único, pelo INCRA e IPAMA. As FMATERs devem ser conveniadas para aproveitamento dos extensionistas rurais, com vistas à orientação dos pequenos proprietários;

2.8 - Controle social através do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária, da Administração Tributária (Valor da Terra Nua, pressão fiscal, cobrança, recolhimento efetivo, repasse e aplicação dos

recursos); para assegurar ampla viabilidade fiscal e transparência das ações tributárias;

2.9 - Divulgação dos dados oficiais, pela SRF, do grau de inadimplência dos proprietários rurais acima de 1000 hectares por estado e região. E o nome dos 200 maiores devedores acumulados.

Senhores Deputados e Senhor Presidente, os valores de hoje no Brasil, sonegados com os imóveis acima de 10 mil hectares está na ordem de 270 milhões de reais. Dados colhidos na Secretaria da Receita Federal.

No Paraná temos prevista uma arrecadação de 80 milhões em ITR tributados sobre um total de 407 mil propriedades rurais.

Temos que assinalar que especificamente nesse contexto nacional, temos a propriedade da GIACOMET MARODIN-Indústria e Madeira S/A na Fazenda do código 723010 em Rio das Cobras que pagou no ano passado, apenas R\$ 135,85 de ITR. O restante que não foi colocado e que deveriam pagar numa previsão muito maior, colocou como prejuízo da ação econômica ali empregada. Temos na verdade, pequenos proprietários, como o meu pai, de 15 hectares, pagando mais que a metade desse valor, contra esses com 82 mil hectares. Isso é um absurdo que não pode admitir. Se alguém no Paraná tem uns 4 ou 5 neurônios na cabeça, vai perceber que esse absurdo não pode acontecer, não pode continuar.

Acompanhando isso, Deputado Algaci Túlio, quando falei que iria acompanhar o projeto do governo, as teses que correm por esse Brasil são as teses da isenção. Os grandes proprietários rurais, os grandes fazendeiros batem muito mais fortemente na porta do governo e sempre exigem as isenções e às vezes, parlamentares somos seduzidos de que a isenção parece o único instrumento que temos para fazer proceder como legisladores. Não temos outra coisa a oferecer em termos de Estado, a não ser isenção. Por isso nós aqui, da Bancada do PT, estamos querendo votar o item 1. da pauta que trata da regulamentação da cobrança do Imposto sobre circulação de mercadoria e prestação de serviços, IPVA e outros, queremos votar o projeto original do governo que não tem isenção para quem não paga.

Iremos votar contra o Substitutivo, contra as emendas, por mais respeito que tenhamos aos Deputados que assim propuseram, quem sabe atendendo as bases eleitorais, quem sabe atendendo apelos de amigos, mas queremos, como já demonstramos, a tese da isenção fiscal. É uma tese que não poderemos ser seduzidos por essa tese a exemplo do que acontece com o ITR, isenção em isenção, o instrumento que deveria ser usado para a reforma agrária, ser usado

para outros fins e o Estado do Paraná, os Deputados do PPT, do PFL, do PTB têm continuamente mostrado a esta Casa que os problemas são da baixa arrecadação.

Portanto, queremos defender o projeto original, sem isenção, para melhor arrecadação no Estado para que possamos colocar mais creches, mais educação, saúde aos paranaenses sem a sedução da dedução do imposto, porque isso privilegia, Deputado Presidente desta Casa, privilegia, exatamente, os maus pagadores. Porque se o cara ficar devendo ao Estado do Paraná é vantajoso porque ele paga em atraso 1% ao mês. Então ele pode pegar esse dinheiro e emprestar a 4, 5 até 8% e ganha em cima do Estado do Paraná. E o projeto do Governo vem corrigir essa distorção, cobrando de 4 a 5% àquele que deve. Isso ainda é pouco para aquele que paga atrasado.

Portanto queremos chamar a atenção de que o imposto não é apenas arrecadatório, o imposto é regulador de uma situação social. E sabemos que o Secretário Miguel Salomão conhece bem profundamente essa questão, ele tem, como princípio, essa questão de um acerto social. Os maus pagadores não poderão jamais ser privilegiados. Os caloteiros não podem receber privilégios no Estado do Paraná e seja efetivamente usado para as ações do Governo do Estado naquilo que é necessário: saúde, educação, segurança etc.

Então estou usando do Grande Expediente para manifestar a nossa indignação quanto à sedução da isenção fiscal e a nossa indignação, sobretudo, sobre a mesquinha que é, hoje, a cobrança de ITR que é hoje no Brasil. Precisamos nos mobilizar para mudanças radicais e urgentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando um requerimento a esta Casa de congratulações a um Prefeito Municipal. Numa época em que a crise é a tônica de todas as administrações municipais deste País, nós recebemos com muita alegria a congratulação e o reconhecimento de um órgão de imprensa do Recife, baseado em dados oficiais do IBGE, fornecidos pelas Secretarias Estaduais de cada unidade da Federação brasileira, em que demonstrou a Prefeitura de Nova Tebas no centro do Paraná, a nossa região centro do Estado do Paraná, que obteve - através do seu Prefeito, a melhor administração deste Estado. Foram premiados, no Recife, 22 Prefeitos do Brasil aonde a tônica era a qualidade da administração pública com o menor

gasto em publicidade.

Eu, aqui, quero prestar o meu testemunho, Senhores Deputados, Senhor Presidente, sobre a atuação deste Prefeito que no ano de 1994 foi candidato único no Município de Nova Tebas. E que ao longo desses 4 anos fez uma administração elogiável sob todos os aspectos. Um Prefeito que administrou o caixa da Prefeitura como uma dona-de-casa administra o orçamento familiar. Um Prefeito que para fazer economia para a Prefeitura, tomava um ônibus na sua cidade à noite, e chegava em Curitiba durante a manhã, programava previamente com a nossa assessoria as audiências com os Secretários de Estado e também com outros Deputados desta Casa. E no dia que ele ficava em Curitiba ele fazia toda sua programação, à noite tomava outro ônibus e amanhecia no 3º dia novamente na Cidade de Nova Tebas.

Fez isso durante quase 4 anos e o resultado desse trabalho foi, e os Deputados da nossa região como o Deputado Edson Lino, o Deputado Miltinho Puppio, o Deputado Nelson Tureck, o Deputado Orlando Pessuti que conhecem o trabalho deste Prefeito podem perfeitamente testemunhar o que nós estamos dizendo. O resultado deste trabalho do Nilo Klhen em Nova Tebas ao longo destes anos foi a construção da sede da nova Prefeitura Municipal, o município em 2ª gestão, porque era o segundo município que foi criado e a primeira eleição houve em 1988, portanto foi o segundo Prefeito do Município e deixou construída uma sede extraordinária da Prefeitura Municipal; Construção de 2 praças públicas nos distritos do município e também na cidade; ampliação do Hospital Municipal; construção da 1ª creche do município; pedras irregulares nas principais vias de acesso ao município, extensões de até 16 km com primeiríssima qualidade do serviço de pedras irregulares ligando os distritos à sede do município; asfalto da PR-486 até a sede do município em extensão de 6 km; construção de unidades para a Escola Ari Kfuri na localidade de Parreirinho onde tem 1ª a 8ª série do 1º grau, uma construção de mais de 700 m2 num importante distrito daquele município; construção de mais 22 novas salas de aula; construção do estádio de futebol; construção do parque de arremates de exposição do município; construção de prédio para o Posto do DETRAN; construção de 4 conjuntos habitacionais; saneamento rural básico, água tratada, esgoto poços artesianos, além de transformar também o seu município na questão educacional no sistema de integração das escolas o que simplificou e melhorou toda a qualidade de ensino do município integrando as pequenas escolas rurais isoladas nos grandes grupos núcleos educacionais na

sede dos distritos. Equipou com ônibus, criou uma patrulha mecanizada do próprio município e a maioria das grandes obras ele fez em parceria com o Estado colocando sempre mais de 40% de recursos próprios do município.

Portanto queremos deixar registrado aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a classe política muitas vezes tem a sua imagem denegrida, tem muitas vezes a crítica, somente a crítica e pouco reconhecimento sobre o trabalho efetivamente desenvolvido. O nosso reconhecimento ao Prefeito Nilo Klhen é um Prefeito que praticamente não gastou nada com verbas publicitárias. Em 4 anos ele gastou 2.400,00 reais apenas em verba publicitária no seu município. Utilizou praticamente todos os recursos em investimentos para a melhoria da qualidade de vida da sua população. Aí o nosso reconhecimento e o envio do nosso requerimento a esta Casa de congratulações a um Prefeito honesto, sério, trabalhador, que cumpriu o seu mandato trabalhando em benefício da população que o elegeu em candidatura única.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia em nosso meio, homens ligados as Sociedades Rurais do Estado do Paraná, às nossas cooperativas, à Federação de Agricultura bem como proprietários rurais deste Estado. Estiveram pela manhã em uma reunião com o Senhor Secretário de Segurança onde nós comparecemos juntamente com o Comandante da Polícia Militar e outras partes interessadas fazendo com que as suas posições fossem levadas ao Governo do Estado do Paraná, logo em seguida, as posições ali de conhecimento do Senhor Secretário e agora à tarde o Secretário reuniu com os sem-terra do Paraná, com o Ministério Público, com representantes desta Casa de Leis na pessoa do Deputado Milton Puppio e outros Senhores Deputados que lá estão, realmente fazendo um entendimento pelo qual possa trazer a tranquilidade e a segurança a todos nós da família paranaense.

E é com satisfação que cedo a palavra ao Doutor Manoel Garcia Cid, um dos primeiros oradores a falar a posição dessas entidades que aqui estão representadas.

O SR. MANOEL GARCIA CID - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Senhor Secretário, Senhores Deputados, minhas senhoras, companheiros ruralistas.

Vimos nós da Sociedade Rural do Paraná e de outras Sociedades Rurais, Sindicatos Rurais Patronais e também da Federação da Agricultura do Paraná, trazer a nossa inquietação, a nossa preocupação para as

autoridades do Legislativo, as do Executivo, e após iremos lá também ao Judiciário.

Os agricultores paranaenses em várias regiões desse imenso Estado, quando convocados deram o seu testemunho de amor a este grande Estado. O ano que passa e ano que vem o produtor paranaense tem demonstrado o aumento da produção que é sem dúvida nenhuma, o aumento do seu esforço, do seu trabalho.

Agora violentado os seus direitos, viemos aqui nesta Casa de Leis exigir, pedir, comunicar que várias propriedades rurais, agrícolas, produtivas do Estado do Paraná estão sendo invadidas, estão sendo violentadas e estão outras sendo ameaçadas de invasão iminente.

Nós que gostamos de trabalhar num espírito de paz, de tranquilidade, viemos mostrar aos Senhores a necessidade de alguns proprietários rurais violentados no direito de propriedade, invadidos que foram por movimento chamado "Movimento Sem-Terra", na minha opinião é um movimento "sem nada".

Esses proprietários rurais foram a Justiça, conseguiram a liminar. Com a liminar nas mãos não estão tendo direito do exercício do seu próprio direito, que é o direito da propriedade.

Então nós viemos aqui alertar e pedir para que autoridades do Executivo façam cumprir a lei, a liminar de reintegração de posse, e também que cesse as ameaças de invasão porque nós homens do campo, gostamos e queremos trabalhar em paz, e se esse Paraná é grande, porque nós temos os Senhores como Deputados que nos fazem as leis, nós as cumprimos e também exigimos que elas sejam cumpridas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Doutor Eduardo Baggio, ex-Deputado e amigo desta Casa.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um prazer voltar a esta Casa de Leis, depois de longos anos que já deixamos grandes companheiros desta Casa, representando a Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, entidade que congrega quase todo o Noroeste do Estado, estamos aqui para alertá-los e dizer-lhes primeiramente, não somos contra a Reforma Agrária, é bom que fique bem gravado isto e que não sejamos deturpados quando dizem que nós somos contra a Reforma Agrária.

Queremos uma Reforma Agrária justa, uma Reforma Agrária feita com paz e com serenidade. Queremos a paz no campo e não o ódio, queremos a produtividade, e não homens parados, jogando baralho, bebendo cachaça ao longo das ruas.

Queremos que a Constituição Federal seja cumprida, é tão simples cumprir esta Constituição. Queremos que os direitos de propriedade, sejam garantidos. Queremos que o nosso direito de ir e vir, seja cumprido.

É simples de exercer este Poder, é tão simples parece-me, mas existem homens dispostos a alterar toda essa Constituição. Não existe Constituição, não existe leis para essa, não digo, uma classe, porque têm homens de valor nestes movimentos, têm homens que são da agricultura e das mãos calejadas, mas existem também Senhores Deputados, homens que estão ali apenas para avacalhar, para criar a intranquilidade no campo. Bons tempos aqueles em que se tinha a tranquilidade de se plantar, de colher e de transportar a sua safra, hoje, nem isso nós temos.

Fecham-se estradas a qualquer momento, abrem-se as estradas no momento que bem entendem e a polícia imune, inerte nada pode fazer. Não estão sendo cumpridas as leis.

Fecha-se literalmente uma cidade por 03 dias, não deixando nenhum estabelecimento sequer abrir as suas portas para que a população atenda as suas necessidades, e ninguém é punido por isso.

Nós queremos, apenas, que sejam cumpridas as leis meus caros Deputados, Senhor Presidente.

Estes homens que aqui represento, neste instante, estão aqui perdendo logicamente, o seu dia de trabalho, mas vieram aqui, porque a tensão está cada dia mais forte no campo ameaçados e muitos deles já despejados de suas propriedades.

A intranquilidade paira não só no Noroeste do Paraná como no Norte, mas como no Paraná inteiro e porque não dizer no Brasil todo.

Queremos a paz no campo, Senhores Deputados, não queremos ódio.

Queremos reassentar sim, aqueles homens da lavoura, aqueles de mãos calejadas e não aqueles que lá estão apenas para fazer o movimento, para gerar a inquietação.

E queríamos, Senhores Deputados, Senhor Presidente, que este movimento pacífico das classes produtoras que vêm a esta Casa de Leis, onde a ressonância daqui se ecoa para todos os cantos do Estado, para que seja vista a verdade de perto, não somente um lado, que sejam vistos tanto pela imprensa como pelos Senhores, os dois lados da moeda.

Queremos, meus caros Deputados, paz no campo e queremos que as leis sejam cumpridas.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente

Luiz Carlos Zuk, ouvimos as palavras do nosso eterno colega Baggio, eterno Deputado. E ao saudar a comitiva que vem a esta Casa de Leis, permita-me, Senhor Presidente Zuk, e destacar, inclusive, a Liderança do empresário Neco Garcia Cid, que há poucos dias foi empossado como o novo Presidente da Sociedade Rural do Paraná. Estivemos presente, o Deputado Tavares, estava presente, vários Deputados, o Prefeito do Município de Londrina, a vice-Governadora Emilia Belinati. Foi surpreendente Presidente, o recinto inteiramente lotado de Lideranças do Paraná e algumas, até de outros Estados, que ali reconheciam a capacidade, a liderança de Neco Garcia Cid no comando de uma entidade, que ele já foi Presidente.

A família Garcia Cid está profundamente enraizada em Londrina, começando pelo pai, que tanto realizou na região do Norte do Paraná, o Senhor Celso Garcia Cid, e, esse trabalho tem a continuidade, através da Dona Francisca, do Neco, do Nando, da família Garcia Cid.

Quero apenas, aproveitando a presença desse pessoal, dessas lideranças, aqui, Presidente, que fique registrado na Ata, o apreço, admiração da Assembleia Legislativa, por um comando tão firme na sociedade rural do Paraná, que é uma das instituições mais fortes na defesa do agricultor e do nosso pecuarista. Que possamos dar todo o apoio, para que Neco Garcia Cid, tenha, a exemplo das gestões anteriores, muito êxito numa função de extrema relevância para a vida e para o desenvolvimento, para o progresso do Norte do Paraná, do Paraná e do Brasil.

Seja muito feliz, Neco Garcia, em tão alto cargo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães e, em seguida, o ex-Presidente Orlando Pessuti.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos com atenção a palavra do Senhor Neco Garcia, do ex-Deputado Eduardo Baggio, donde pela manhã participamos de uma reunião, junto com o Secretário de Segurança Pública, Secretário da Agricultura, Hermas Prandão, nosso Presidente da Casa, Deputado Luiz Carlos Zuk estava presente e demais companheiros Deputados, que lá estivemos juntos. E sai um tanto quanto preocupado. Sei que a situação de invasões de terras dentro do nosso território nacional é grande. Só que, aqui dentro do nosso Estado, de uma região rica como é aquela região de Paranavaí, ouvimos os produtores que vivem da terra, colocarem que as suas áreas estão sendo invadidas

por um movimento, por uma parte de integrantes que realmente têm o interesse e precisam da terra para viver. Mas a grande maioria de pessoas que usam esse movimento, por uma bandeira política, para tentar pressionar, em nível nacional, e até mesmo, tentar com isso dar algumas posições políticas dentro do nosso Brasil.

E quero, aqui, frisar a todos vocês, que levanto essa bandeira, hoje, como outros, do Movimento Sem-Terra, há muito tempo já levantaram. E vocês levem em frente esse movimento para mostrar, para toda a população brasileira, que espero que vocês mostrem para a nossa imprensa nacional, aqui, dentro da Assembléia Legislativa, o que está acontecendo com vocês, aqui dentro do Paraná. Porque a imagem que a população tem é um pouco diferente da realidade que está acontecendo com vocês.

Vemos a imagem que o Movimento Sem-Terra vende, que é um pouco diferente da realidade que acontece no campo.

Contem com o nosso apoio. E tenho certeza, que a partir da hora que vocês esclarecerem tudo isso que está acontecendo, a opinião pública vai mudar um pouco. E a imprensa vai entender a realidade que acontece no campo.

(Aplausos)

O SR. ORLANDO FESSUTI - Senhor Presidente
Deputado Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

É oportuno neste momento, na condição de Presidente do Ploco Parlamentar Agropecuário, que façamos o registro e uma saudação à presença das lideranças do setor produtivo do Estado do Paraná, na pessoa do nosso colega, Deputado Eduardo Paggio e do Presidente da Sociedade Rural do Paraná, o Neco Garcia Cid, lá de Londrina.

Vejo que a presença deles neste Plenário é de fundamental importância, porque a Assembléia Legislativa do Paraná, como Parlamento Estadual, Casa do povo, tem que realmente ser o foro e o espaço para que possam se estabelecer aqui, se necessário, o contraditório, para que todos possam colocar os seus pensamentos, os seus pontos de vista, em cima dessa discussão, em cima desse debate aberto, franco e sincero, evidentemente informarmos o juízo verdadeiro das coisas.

Pessoalmente, tenho comigo que há a necessidade de que façamos uma reforma agrária neste País, há a necessidade de que possamos dar às pessoas que querem efetivamente trabalhar, esta oportunidade, mas tenho comigo que tão ou mais importante do que a reforma agrária e a reforma agrícola, porque há muitos anos estamos assistindo pessoas que tinham o seu pedaço de chão, que tinham o seu terreno, que ti-

nham a sua pequena propriedade, indo embora do meio rural, numa velocidade, num volume maior do que os assentamentos que se fazem, justamente porque neste País, infelizmente até hoje não tivemos uma política agrícola verdadeira, que desse àqueles que estão no meio rural - não tanto aos grandes produtores, mas principalmente aos pequenos produtores, aos mini e microprodutores rurais -, condições para continuar atuando, vivendo e sobrevivendo da atividade agrícola.

Portanto, a reforma agrária é importante. É importante o movimento que se faz em favor da reforma agrária, mas temos que ouvir, como disse o Deputado Plauto, como disse o Deputado Paggio, temos que ouvir os dois lados e acima de tudo lutar para termos uma verdadeira política agrícola, onde exista dinheiro na época e em quantidade suficiente, onde exista preço garantido, onde exista armazéns, meios de transporte para aquilo que se produz possa ser comercializado e dar um retorno a quem trabalha, porque se verificarmos, ao longo de todo esse tempo, apesar de todo o esforço dos movimentos favoráveis à reforma agrária, dos Movimentos Sem-Terra, estamos assistindo muito menos pessoas retornando ao campo em função de assentamentos, do que aquelas que estão saindo em função da ausência de uma política agrícola.

Então, a política agrícola, na minha opinião, é tão importante quanto o movimento que se faz em favor da reforma agrária. E quem sabe nesse debate aberto que se faz na Assembléia Legislativa, onde já se deu espaço por diversas vezes ao Movimento Sem-Terra, ao Grito da Terra para que se manifestassem, hoje se dá oportunidade às lideranças dos produtores rurais, como se deu hoje também espaço para aqueles que vieram aqui defender a necessidade da comunicação livre, aberta, através das rádios comunitárias.

É assim que age a Assembléia, e por isso cumprimento Vossa Excelência, Presidente Zuk, pela oportunidade que dá de todos segmentos se manifestarem e podermos fazer o nosso juízo, o nosso julgamento do rumo que queremos para esse País.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo inicialmente a palavra ao Deputado Vanhoni. Logo em seguida ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e em seguida ao Deputado Walmor Trentini.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente
Luiz Carlos Zuk, caro ex-Deputado Paggio a quem tenho apreço pessoal, representantes da sociedade rural, demais representantes na área produtora agrícola do nosso Estado do Paraná.

Entendo a preocupação exposta por Vossa Excelência Dr. Baggio, através do microfone da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Mas não poderia deixar de tentar fazer uma reflexão junto com Vossa Excelência do problema agrário que hoje existe no nosso país.

Acho que se segmentarmos, se pegarmos apenas a aparência dos fatos - os camponeses com suas enxadas e suas foices, ocupando determinada área improdutiva ou muitas vezes produtiva, os camponeses obstruindo uma estrada que dá acesso à produção, que dá acesso para as pessoas poderem circular, os camponeses entrando em todas as capitais brasileiras e via de regra, há muitos anos reclamando das autoridades governamentais, do INCRA, do Ministério da Fazenda, da Receita, das Secretarias de Agricultura espalhadas por todo esse país, de uma política Agrária, de uma política agrícola que fixe o homem no campo.

Tenho visto isto nos últimos 10 anos da minha vida, um lugar comum na história política e social do nosso país. As bandeiras de luta que os trabalhadores, que os brasileiros que moram no interior do nosso país têm levantado, são bandeiras de luta, que acho que se tirarmos a paixão do conflito existente localizado, são bandeiras de todos os brasileiros, não é só do grande proprietário rural, e não é somente do pequeno sem-terra, é uma bandeira de todos nós.

Vossa Excelência que é produtor rural sabe muito bem. Hoje no nosso Estado do Paraná, um grande Estado produtor de grãos, um grande Estado de produção agrícola. A projeção para estes dois anos, o ano passado e este ano é de que 45 mil pequenos agricultores deixem o campo, vão ao Estado de insolvência e de falência absoluta.

Tenho visto sistematicamente o governo brasileiro, via de regra, anunciar bombasticamente de que agora vamos constituir o Ministério da Reforma Agrária. Agora, vamos ter uma política para fixar o homem no campo. Aliás sociedade brasileira toda nesses dois últimos dois anos, ficou com uma esperança muito grande, quando o Governo Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou pela televisão na sua campanha de propaganda política para chegar à Presidência da República, de que essa aliança política em torno do Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha dois pontos fundamentais: um era acabar com a fome da maioria do povo brasileiro; outra era fazer uma reforma agrária. Não acho que a Reforma Agrária que têm que ser feita no nosso país, tenha que pisar nos direitos das propriedades rurais que estão produzindo no nosso país, sou contra isso, não acho

que isso seja necessário. No entanto, a falta de vontade política dos Governantes do nosso país, que via de regra, aparecem numa postura demagógica, tanto para a classe rural, quanto para a maioria da população que é expulsa do campo por causa dessa economia concentradora de renda. Vossa Excelência sabe que apenas 0.9% dos proprietários rurais do nosso país, detêm 35% das áreas produtivas do nosso país. Se isto não é concentração da propriedade do ponto de vista da geração de riquezas nas mãos de apenas uns poucos. Não sei o que pode ser concentração e rendas. Não assisti na história da evolução das sociedades humanas, seja dos Estados Unidos, a maior potência industrial do planeta, que desde o começo do século fez uma Reforma Agrária, aonde que a grande parte da sua produção agrícola está baseada na pequena propriedade rural, não vi nem um outro país europeu que não tivesse passado pelo seu estágio de desenvolvimento econômico, que não teve como ponto de alavanca fundamental para esse estágio, uma redistribuição da terra. E a grande economia agrícola do mundo todo, baseado na agricultura familiar.

Não sou contra os grandes modelos de grandes fazendas, acho que a tecnologia, a mecanização do campo, a industrialização da agricultura, é uma necessidade hoje até dos tempos modernos.

Mas do ponto de vista social, do ponto de vista de garantir empregos, para milhares e milhares de brasileiros. Sabemos, e Vossa Excelência sabe, que a maior indústria que têm as estrelas, na cabeça dos agricultores, que é o campo, que é a possibilidade do homem trabalhar.

Assista o que está acontecendo no Estado do Paraná, não há única política no Estado do Paraná para atender os pequenos agricultores. Cerca de 400 mil domicílios agrícolas no Estado do Paraná, estão presos, aprisionados a própria sorte, a sorte do mercado, a sorte de que não há insumo, a sorte de que não há uma política que fixe o preço mínimo dos seus alimentos, a sorte dos juros altos da economia que pretende estabilizar a moeda, tendo como vítima a grande maioria dos agricultores e também dos produtores rurais. Fico triste, porque assisto, e gostaria de ter o seu apoio para isso, porque assisto o Governo Federal Brasileiro, não vejo uma voz de indignação, o Governo Federal Brasileiro destinar 35 bilhões de reais para salvar o BANESPA do rombo que Orestes Quêrcia fez no BANESPA, para salvar o UNIBANCO que os banqueiros roubaram e levaram dinheiro do povo brasileiro para paraísos fiscais: para salvar o Banco Econômico do agiota, compadre, amigo do Sr. Antonio Carlos Magalhães. Não vi nenhum gesto por parte

do Governo Brasileiro para pôr na cadeia, para se cumprir a lei, a constituição e destinar dinheiros públicos, dinheiro do povo brasileiro, trinta e cinco bilhões. O Senhor sabe, e o Senhor sabe que, com quatro bilhões de reais destinados para Reforma Agrária neste país fazemos a paz no campo, esta paz que o Senhor veio aqui dizer. É isso que queremos. É isso que os camponeses que estão aqui também querem. Ninguém quer pegar uma enxada e uma foice para ter que enfrentar qualquer proprietário de área produtiva neste país, mas o que esses homens querem é dignidade de poder criar os seus filhos como qualquer cidadão, como qualquer homem de bem nesta vida. Quem é o responsável por isto? São os camponeses que num gesto de desespero lutam, e até põem em risco o sangue da sua vida na possibilidade de encontrar a morte num conflito com a política, num conflito com o Estado. Não. Não é esta a solução. O Senhor sabe qual é a solução. A solução é o Governo Federal. A solução é o Fernando Henrique Cardoso destinar recursos para fazer Reforma Agrária. Pagar para os proprietários que queiram disponibilizar suas terras produtivas ou não para assentar o homem no campo e garantir neste país onde a vida, a vida vai ser feliz e não terá mais sangue derramado para garanti-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Durante todos esses anos da minha vida pública nunca tinha visto dentro deste Parlamento, homens, proprietários rurais que viessem aqui defender o seus patrimônios.

Quando me avisaram da eleição da Sociedade Rural do Paraná, em que um amigo meu de caminhadas por este Estado, mas precisamente por Londrina, e digo com satisfação, porque é meu irmão, meu amigo Neco Garcia. Se, não tive na sua posse é porque estive impossibilitado porque sou um empregado do povo, não tenho tempo, confesso Neco, de participar de posses, de reuniões, mas o meu coração lá estava. Porque pela primeira vez, Senhores da imprensa, que vejo um Presidente da Sociedade Rural vir aqui defender os seus anseios, os seus ideais e colocar na Tribuna aquilo que lhe é de direito, aquilo que lhe é de mais sagrado, como o Neco disse aqui, filho de uma família tradicional que amassou barro no Paraná, para fazer da Viação Garcia uma das maiores empresas de transportes, que defendo nesta Casa, e que já debati muitas vezes com o Deputado Nei-

vo que, a Viação Garcia é hoje uma das maiores geradoras de empregos neste país.

Mas, hoje vejo o Senhor Neco aqui defendendo a propriedade rural, e concordo com o Senhor Neco, quando ele vem aqui dizer que é preciso se fazer uma Reforma Agrária justa, como disse o Deputado Varnhoni agora há pouco. Fazer uma Reforma Agrária justa, mas o que falta para se fazer uma reforma justa neste país, é vergonha na cara dos homens que estão em Brasília, porque nós Deputados Estaduais não vamos fazer Reforma Agrária nenhuma aqui não. Não adianta vir com balela e cascata aqui, que não vamos resolver o problema da Reforma Agrária. Quem tem que resolver é o homem "dos cinco dedos". Foi ele que fez essa plataforma. Foi ele que me levou à urna para votar nele. Ele é que tem que fazer essa Reforma Agrária, justa, soberana, decente, humana na nação brasileira. Ninguém tem o direito de invadir a propriedade do outro. Ninguém tem o direito. Se compro uma propriedade, pago, ninguém tem o direito de invadir a minha propriedade e o que o Neco disse aqui foi muito preciso. Eles têm o direito de conservar, preservar as suas propriedades. Agora, Reforma Agrária - conversava com o Deputado Ângelo Varnhoni - fico indignado com o que acontece nesse país. Mataram 98 velhinhos num hospital no Rio de Janeiro, em São Paulo, sei lá onde, porque não tem dinheiro. Morreram 90 e não sei quantos no nordeste porque não tem dinheiro. Ontem a Rede Globo, o SBT, a RECOFD, a TV Cultura, todos mostraram nos seus jornais, os jornais "O Estado do Paraná", a "Folha de Londrina", a "Gazeta do Povo", "Indústria e Comércio" trouxeram estampados que ontem descobriram um inferno: crianças morrendo abandonadas por falta de recursos do governo. Falta dinheiro para a saúde, para a educação, e 70% dos municípios brasileiros não têm rede de esgoto nesse país. Falta merenda escolar e falta Reforma Agrária. Agora não falta dinheiro para pagar o rombo do BANESPA em São Paulo, não falta dinheiro para pagar o rombo da família dos homens do Senhor Magalhães Pinto do Banco Nacional, não falta dinheiro para pagar o rombo do Banco Econômico. Não falta dinheiro para viajar para o mundo inteiro, mas falta dinheiro para assentar os verdadeiros "Sem-Terras", aqueles que têm as mãos calejadas, aqueles que querem a terra para plantar. Agora não adianta você dar um pedaço de terra se não tem trator para arar, se não tem adubo, defensivos, não tem uma junta de boi, não tem arado. Que Reforma Agrária é essa, você dar um pedaço de terra para um "cabra", chega lá e só tem graminha? E daí? E daí? Cadê o incentivo? Cadê o dinheiro para dar o trator, para dar a junta de boi, para dar o arado?

Daonde é que irá esse dinheiro? É muito fácil, bonito ver as galerias lotadas de "Sem-Terras" aqui, como disse o Dr. Rosinha recentemente. É muito fácil você fazer discurso aqui: "... sou a favor dos "Sem-Terras" e depois vêm aqui dos agricultores e "sou a favor dos agricultores...". É como assinei agora a defesa da regulamentação das rádios livres e comunitárias. Isso não é problema nosso. Isso é problema de Brasília. Eles é que têm que regulamentar já lá em Brasília. Tirar o poder das mãos de poucos e dar para muitos, dar o direito de se comunicar, de falar, de plantar como disse o Deputado Colombo, fazer programas comunitários que vão de interesse à comunidade. Quero parabenizar o Neco, quero parabenizá-lo. Pelo menos agora a sociedade rural do Paraná tem um homem para falar, tem um homem da cara limpa que vai enfrentar, que vai para a rua, vai para o pau, lutar pelos seus direitos e digo mais, defendo aqui os verdadeiros sem-terra, não os agitadores! Defendo aqueles da mão calejada que precisam da terra para plantar, mas precisam de subsídios do Governo para ensiná-los a plantar começando, pelo Engenheiro Agrônomo.

Meus parabéns, sejam bem-vindos a esta Casa. Gostaria que todos os proprietários de terras estivessem com as galerias lotadas. Porque hoje, nasce, aqui, a voz da sociedade rural do Paraná. Não só pela voz de Neco Garcia, mas pela voz de Eduardo Raggio, pela voz de cada um dos Senhores. Reforma Agrária, já. Mas feita não na invasão, feita pelos 5 dedos do homem de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PFFSIDENIE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Walmor Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente que nos manifestarmos após esta alocução do nosso colega, Deputado Alborghetti, é sempre preocupante. Mas gostaria de cumprimentar, Senhor Presidente, Vossa Excelência e a Mesa Diretiva por estarem propiciando essa oportunidade a mais este segmento da sociedade paranaense para manifestar as suas preocupações, já que aqui, recebemos por várias oportunidades o movimento e os trabalhadores do movimento sem-terra, que aqui trouxeram também as suas argústias.

Como representante de uma região de conflito, Paranaíba e o Noroeste do Paraná, cumprimento o Presidente Neco Garcia, de Londrina; o nosso Presidente Eduardo Raggio da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, de Paranaíba; nosso vice-Prefeito de Paranaíba que também acompanha os pro-

dutores rurais, as lideranças rurais e os produtores. Cumprimento a todos para dizer que a preocupação que nós tivemos ao fazer parte de uma Comissão de Deputados, quando acompanhamos aquele conflito em Santa Izabel do Ivaí, a partir daquele instante, começamos mais ainda nos preocuparmos com a questão da terra, com a questão da propriedade, com a questão dos sem-terra.

Ao recebermos as reivindicações daquele movimento dos sem-terra e hoje ao recebermos as lideranças dos produtores rurais do Estado do Paraná, e ainda de representantes e de políticos da região que representam, a manifestação da preocupação e da intranquilidade que começa agitar a nossa Região Noroeste e também o Estado do Paraná, com perspectiva de novas invasões inclusive em área produtiva.

Mas o que vieram, aqui, buscar essas lideranças? Vieram buscar o apoio desta Casa de Leis. Desta Casa que faz leis e precisa estar ao lado da lei. E vieram aqui buscar o apoio da lei, da ordem e da justiça. E é exatamente em cima da lei, da ordem e da justiça que me manifestei por ocasião do conflito de Santa Izabel do Ivaí. E nesta reunião, hoje, pela manhã, sentimos com a presença dos produtores rurais e representantes desta Assembléia, que a intenção do Governo do Estado do Paraná é de, mais uma vez, pacificar este Estado terminando com esta questão dos conflitos.

O Secretário de Segurança quer, reunido com todas as lideranças, buscar uma alternativa para se cumprir a lei para se proteger tanto a propriedade quanto o sem-terra, e nesta reunião nós sentimos que mais uma vez a mão do Governador Jaime Lerner que quando pregou na sua campanha política um grande programa de vilas rurais, já avistava as dificuldades que o País iria enfrentar, que o Governo Federal distante de nós, de forma irresponsável como aconteceu na nossa região, editar apenas um decreto colocando propriedades sujeitas à desapropriação, também causa oportunidades para que estas invasões aconteçam. E aí nós representantes do Estado do Paraná que não temos a responsabilidade total desta causa, precisamos arcar com o ônus de muitas vezes na desocupação de uma propriedade se estabelecer conflito e criar confusões.

Então quero cumprimentar mais uma vez os representantes que aqui vieram, trouxeram as suas manifestações. Esta Casa de Leis tem oferecido oportunidade de todos os segmentos aqui se manifestarem e hoje fazem os produtores rurais. Acredito que colocam frente a frente os dois lados da moeda e nós com esta presença dos senhores temos a oportunidade de ajudar os agentes

políticos, o Governo do Estado, de fazer uma pressão à nossa Bancada Federal para que também pressione o nosso Presidente da República para que a Reforma Agrária que nós também somos favoráveis seja feita de forma pacífica, honesta e justa, e que juntos nós poderemos encontrar o caminho da paz e da solidariedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Saúdo neste horário a presença dedicada a Associação Rural e quero saudar dentre os presentes o amigo de muito tempo na Assembléia Legislativa, o ex-Deputado Eduarda Paggio que fez uso da tribuna expondo de forma serena o seu posicionamento e saúdo também o Presidente que representa a entidade.

Ouvi Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, pronunciamentos bonitos, entusiasmados nesta Casa assim como o assunto é apaixonante. E se pudesse ser entendido eu diria que nós não temos que ser a favor nem do invasor, do sem-terra nem tampouco da sociedade rural. Nós temos que ser a favor da Reforma Agrária e veja Senhor Presidente a loucura do nosso País de hoje, ouve-se a sociedade rural a ela fala que é a favor da Reforma Agrária, ouve-se os movimentos de defesa da Reforma Agrária, os que participam inclusive de apoio a invasão e são a favor da Reforma Agrária.

Mas então, meu Deus, quem é o culpado, quem é o contrário, porque não sai a dita Reforma Agrária? Porque Deputado Alborghetti na nossa região do Sudoeste que é minifúndio foi a última região colonizada do Paraná e por ser a última região colonizada do Paraná, 50 alqueires de terra é latifúndio e o mercado mais aquecido de venda do Sudoeste do Paraná é o mercado de propriedade rural.

Ora, no instante em que nós discutimos a questão propriedade rural para os sem-terra nós também ao outro lado deixando escapar o pequeno proprietário de terra que não sobrevive nela. Num País que se tira o Ministro da Agricultura e tira o Ministro da Indústria e Comércio e não tem onde pôr a Ministra da Indústria e Comércio e chega a pensar em colocar Dorothéia Werneck no Ministério da Agricultura, não se pode dizer que a agricultura é prioridade nacional e o conflito no campo vai continuar fazendo proprietários, sociedade rural, trabalhadores sem-terra e políticos que defendem a Reforma Agrária, num confronto sem caminhar para a frente, porque o que está faltando é vontade política de

efetivamente distribuir a propriedade para quem nela quer trabalhar, respeitando aqueles que a tem.

Não vou fazer aqui um discurso demagógico pela presença da sociedade rural, nem tão pouco pela repercussão que possa causar as minhas palavras no meio do trabalhador sem-terra. Mas estive ainda nesse fim de semana na Cidade de Capanema, falei com 3 sem-terra que estavam acampados na propriedade Jacomed-Marodin e os 3 voltaram me dizendo que não conseguiam continuar sobrevivendo, que era uma alegria enorme poder retornar a Cidade de Capanema, e poder trabalhar por dia para qualquer pessoa, tendo uma condição de vida melhor.

Portanto, quem lá vai para invadir, não vai numa vida mansa. Mas me conta uma coisa, Senhor Presidente, Deputado Vanhoni, meu amigo, meu companheiro e Senhores Parlamentares, até quando a covardia de se dar uma solução para a Jacomed-Marodin, até quando vai ficar o proprietário sem saber se é proprietário, e o invasor sem saber se vai ficar lá dentro. Não se notifica. O próprio INCRA não reconhece se é produtiva ou não, não se faz nada para dar normalidade a um processo de ocupação e de produção na lavoura no País.

Apreendi no curso do tempo até por ser tabelião que duas pessoas vão a um cartório, uma compra e outro vende, essa escritura se leva ao Registro de Imóveis e este garante, de forma completa nesse País, que aquela propriedade será respeitada.

A demora de solução de Reforma Agrária, é que gera impaciência e esta situação discutível de violência no campo que passamos a viver, porque aqueles que deveriam - ou pela lei, ou por atos administrativo e político de governos - resolver o problema, apenas fazem o discurso e não resolvem. Querem a propriedade para reassentar pessoas que não têm terra para produzir. Ora, Senhores, concordo com o que é dito, que foi colocado dinheiro no PANESPA, foi colocado dinheiro em muitas instituições. Pegue este dinheiro, pague o preço justo para quem é proprietário, divida para aquele que não tem e vai produzir. Agora, o que não pode, é gerar intranquilidade e depois ficar no discurso, como se um fosse o herói e o outro o bandido.

Na agricultura, Deputado Alborghetti, todas as partes são perdedoras, quem não tem a terra e quem tem. É só buscar os tabelionatos, só buscar os cartórios de protesto, só buscar os Bancos para perceber o endividamento insustentável de quem trabalha na agricultura, principalmente aqueles que produzem o alimento da mesa desse País.

Portanto, saúdo a vinda sim, da sociedade rural nesta Casa, demonstrando que esse Poder, mais do que nenhum outro, é democrático, para dar voz a todos os segmentos da sociedade, e talvez desse debate, que possa se travar publicamente, as partes descubram um dia que o verdadeiro inimigo não é o proprietário; não é o sem-terra o inimigo do proprietário, mas é a falta de vontade política de resolver o problema que é inimigo dos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Nobres colegas, meu caro Eduardo Baggio, meu caro Neco Garcia. Baggio do Noroeste do Paraná, o Neco do Norte do Paraná, da nossa querida Londrina.

Ouvindo atentamente as diversas manifestações, comecei a fazer uma retrospectiva dessa minha longa caminhada na vida pública, nos mandatos que exerci e cheguei a conclusão, Senhor Presidente, que esta situação que vive hoje, o campo, inquietando, sobremaneira, os proprietários, deixando em situações de dificuldade os sem-terra, é realmente uma questão que deve exigir desta Casa uma profunda reflexão.

Nós todos somos homens públicos, eleitos pelo voto do povo, temos sob nossa responsabilidade a administração ordeira, pacífica e justa do nosso Estado, e não poderemos viver de maneira pacífica, ordeira e justa, assistindo o que acontece hoje no interior do nosso Estado. Têm razão os senhores proprietários rurais, têm razão Neco Garcia, Eduardo Baggio, homens que representam organizados da sociedade legitimamente constituídos, quando manifestam suas inquietações. O que acontece hoje no campo, no interior do nosso Estado, é extremamente preocupante, na medida em que pessoas, proprietários legitimamente possuidores, titulares de direitos e de domínios, vêem ameaçados esses direitos por pessoas que, desesperadas, por que injustas e injustiçadas pela própria sociedade, não vêem outro caminho, outra alternativa a não ser na violação da lei, para - quem sabe - até sobreviver.

Fu, com minha formação de advogado, homem que foi formado em cima das leis do Direito e da Justiça, muitas e muitas vezes desta tribuna ou daquela, aqui ou no Congresso Nacional, nunca consegui entender por que é que se é legítimo uma invasão de terras. A invasão é uma figura capitulada no Direito Penal Brasileiro, e no entanto isso se torna tão freqüente neste País, que hoje aceitamos a invasão como uma figura plenamente justificável.

Não podemos, Senhor Presidente, sob pena de subvertermos a lei e a ordem neste Estado e neste País, aceitarmos indiferentemente e se estado de coisas. De um lado temos que fazer alguma coisa para que esses homens que perderam as suas terras, possam novamente voltar a elas para continuar produzindo, trabalhando e sustentando suas famílias. Mas não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que para isso, os que conseguiram a terra com sacrifício, chore lágrimas de seus avós, de seus pais e seus filhos percam direitos elementares de cidadania dentre os quais o direito da propriedade, de forma nenhuma podemos admitir.

Portanto, é extremamente oportuno, esta Casa dá mais uma demonstração de respeito, de preocupação, de zelo para com a vida do povo em sociedade, recebemos aqui costumeiramente os segmentos mais variados da nossa sociedade. Realmente, faltava receber Vossas Excelências, Neco, Eduardo Baggio - você que já conviveu nesta Casa, sabe o que estou dizendo. Não é comum vir aqui segmentos como os de Vossas Excelências, e por isso quero parabenizá-los, quero dizer que estamos do lado dos senhores na defesa dos direitos, na defesa da liberdade, na defesa da propriedade, como também temos que nos somar àqueles que nos somamos em toda nossa caminhada, que querem ter a oportunidade de viver uma vida digna.

Agora, o que tem que fazer esta Casa, Senhor Presidente, diante desta inquietação extremamente preocupante, esta Casa tem que sair do discurso e tem que ir para a prática. Acho que deveríamos constituir aqui uma Comissão para ir a Brasília, nos somar àqueles que defendem a Reforma Agrária, não vi ninguém aqui nesta Casa se posicionar contra a Reforma Agrária, não vi em nenhum momento, porque não há como ser contra a Reforma Agrária.

Sabemos que neste País existem dimensões de áreas improdutivas, e porque não fazemos Reforma Agrária nessas áreas improdutivas, uma imensidão que inclusive precisa de Reforma Agrária, precisa de colonização para poder promover o progresso e desenvolvimento nessas regiões. Mas não vejo como falar em Reforma Agrária num Estado como o Paraná.

Não vejo mesmo.

Vivi em Brasília oito anos, e lá, nenhum Parlamentar de sã consciência via o Paraná como um Estado passível de Reforma Agrária.

Temos aqui conflitos de terra. Temos sim. Temos áreas já definidas pelo INCRA para assentamento. Que o INCRA acelere esse processo, que indenize justamente como diz a Constituição, os seus proprietários e promova os assentamentos. Mas lugar de

Reforma Agrária não é no Paraná, é no Mato Grosso, em Pondônia, é no Acre, é no Amazonas, legal, onde temos terras em quantidades suficientes para assentar todo esse exército de pessoas, que precisam da terra para produzir, não só do nosso Estado. E por que é que não fazem isso? Não fazem, Senhor Presidente, porque lamentavelmente os governos são feitos de pessoas e, infelizmente, este Governo que aí está e no qual também depus a minha confiança, me parece, pelo menos até agora, que não está interessado em promover a Reforma Agrária no nosso Estado.

Portanto, quero reafirmar os cumprimentos a Vossa Excelência, que abre mais uma vez esta Casa, para a sociedade aqui vir falar e trazer as suas inquietações, que são nossas, e parabenizar a sociedade rural de Paranaíba, a de Londrina, recém-empossada na pessoa de Neco Garcia Cid. Um homem de vida extremamente comprovada no trabalho e na produção.

Quero dizer que estamos ao lado dos proprietários rurais sim, mas temos a obrigação de alguma coisa fazermos. E esta comissão que proponho, é extremamente oportuna, para irmos à Brasília e dizermos aos homens, que têm a competência legal de resolver esta questão, que nós do Paraná, não podemos mais viver com essa realidade.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Presidente, ouvi atentamente todos os discursos, mas é oportuno dizer, que aqui, dentro desta Casa, tenho certeza absoluta, nenhum de nós é contra a Reforma Agrária. Pelo contrário, todos somos a favor da Reforma Agrária.

O Deputado Caio Quintana colocou muito bem, não estamos aqui para achar o herói ou o bandido. Ou o vilão ou o mocinho, nessa história das invasões de terras.

Tenho comigo, aqui, dessas distintas pessoas, da sociedade rural do Paraná, da sociedade rural do Noroeste, na pessoa do Senhor Presidente, do ex-Deputado Eduardo Baggio. Ele me conheceu andando em Paranaíba, andando de calça curta. Tenho por essas pessoas o maior apreço, porque as conheço como sendo pessoas distintas e pessoas que trabalham.

Quero colocar um ponto, que acho extremamente importante. Importante porque a demonstração dessas pessoas de bem e que são pessoas que se destacam na sociedade paranaense. É na verdade a demonstração da atenção do Noroeste do Estado. Eles vieram a Curitiba, a nossa capital. Vieram ao nosso Parlamento, Presidente, que é altamente democrático e cá estamos para discu-

tir todos os assuntos. Vieram aqui pedir algo que o Deputado Toti Colaço falou rapidamente no seu discurso. Ação. Ação, porque está em risco o direito. O direito a propriedade. O direito a liberdade de ir e vir.

Outro dia, conversando, lá, em Paranaíba, um pequeno agricultor ficou retido três dias com os Sem-Terras, sem que ninguém movesse uma palavra. Então, essa situação não pode perdurar naquela região. É preciso que o Governo do Estado determine o que fazer. Sim, é claro, que queremos a Reforma Agrária.

É preciso acabar com a tensão. Porque depois da tensão, todos sabemos o que vem. Vem a violência.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores da Sociedade Rural do Paraná, como um humilde radialista, Deputado eleito por uma região agrícola do Paraná, Ponta Grossa, Campos Gerais, não poderia deixar passar a oportunidade de fazer aqui, diante dos Senhores da sociedade rural do Paraná, apesar de estar afônico, devido a gripe, de fazer um desabafo em nome do povo, do povo de Ponta Grossa, e em nome principalmente daquilo que vários colegas combateram aqui - a desigualdade social.

Se falou tanto em problemas sociais, Deputado Alborghetti falou que falta esgoto, falta, Ponta Grossa é um caso típico da falta de esgoto, falta de água potável em alguns bairros da cidade.

Mas queria ter o prazer de conhecer, Senhor Presidente, o pessoal da Sociedade Rural do Paraná, que estou tendo a satisfação de vê-los aqui - porque há dias atrás conversei com o ex-Presidente da Sociedade Rural - Dr. José Carlos Tiburcio e perguntei a ele como que Londrina construiu o seu parque de exposição. Queria saber como foi construído aquele parque de exposição, quem fez, quem pagou, da onde veio o dinheiro. E aí, numa entrevista no meu programa de rádio, o seu Tiburcio disse que foram os agropecuaristas que construíram, que construíram com o seu sacrifício, com a sua união e com a sua luta construíram sozinho um dos maiores parques de exposição do Paraná e até do Brasil - pelo menos disse isso o ex-Presidente, disse a mim num programa de rádio e aí fiquei indignado com a minha cidade.

O Governador Jaime Lerner viajou ao exterior e arrumou o dinheiro que chamamos de Paraná Urbano, muita "grana" que o mu-

nício vai pagar, que o próximo Prefeito vai pagar em todas as cidades do Paraná. E esse dinheiro que deveria ser aplicado em Ponta Grossa, para não trazer problema social, para que o cidadão não deixe a cidade para participar da invasão do campo, para que ficasse mais ajeitado, tivesse alguma ajuda, nossa Eminência, o nosso Prefeito de Ponta Grossa, sem conversar com ninguém pegou 50% desse dinheiro para construir um parque de exposição em Ponta Grossa.

Então, não poderia, Senhor Presidente, com todo o respeito que tenho pela Sociedade Rural do Paraná, deixar de fazer esse desabafo aqui, Será que é justo isso?

Se fala tanto aqui que o povo da cidade vai invadir o interior, vai invadir as terras, também sou contra isso, mas por que eles saem, porque os nossos políticos - e aí até nós, Senhores Deputados pagamos, quando dizem os políticos não prestam, fazem coisas erradas - e tenho combatido isso diariamente.

O Prefeito nosso gastou a metade do Paraná Urbano na construção de um parque de exposição municipal, está fazendo, está fazendo. E quem vai pagar? É o próximo Prefeito e são os bairros abandonados e esquecidos lá de Ponta Grossa. É muito dinheiro para um parque de exposição, e acho que os Senhores Agropecuaristas - e é por isso que me dizia o ex-Presidente Tiburcio, e me falava na família Garcia S. que eu não conhecia, só de nome da viação Garcia que o Deputado Alborghetti tem razão, uma grande empresa nesse Paraná - teria sido, juntamente com outras famílias valorosas de Londrina, que construíram aquele gigante parque que está lá.

Gostaria de deixar aqui esse manifesto, nada contra os agropecuaristas, mas contra a atitude de um prefeito que mais uma vez não cumpre o que prometeu em campanha, pega o dinheiro sagrado do povo que poderia ficar na cidade e deixar de ir para o interior ou participar da manifestação, porque ele não tem o que fazer - aí dizer para ele: "não, vamos lá que tem terra, é só ficar lá que daqui a pouco sai terra, sai comida, sai isso.

Será que não é isso o correto? Então gostaria de deixar essa reflexão aos Senhores Deputados, aos Senhores Agropecuaristas e cumprimentar a Sociedade Rural do Paraná, de Londrina, que teve coragem de não mexer no dinheiro sagrado do povo de Londrina, que quem sabe hoje não esteja em tantas dificuldades como nós em Ponta Grossa, que ainda ontem eu fui visitar um bairro que fica dez quilômetros do centro de Ponta Grossa, que tem pelo menos quinze famílias Senhor Presidente, sem água potável, e as crianças estão passando muitos problemas por falta de atendimento, por

falta de água, problemas de saúde.

Esse repúdio, e esse manifesto gostaria de deixar hoje registrado aqui Senhor Presidente

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Augustinho Zucchi, último orador, nosso Presidente da Comissão de Terras e nosso representante desta Casa, que esteve pela manhã em Florianópolis nos representando nos interesses dessa exposição na tarde de hoje.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nossas saudações aos componentes da Sociedade Rural. Gostaria apenas de em rápidas palavras, numa reflexão que tenho certeza absoluta, já contempladas aqui pelos oradores que me antecederam.

Mas, em verdade, essa questão agrária, ela se confunde muito com o poder do país. Hoje estamos numa desproporção do poder agrário com relação ao poder urbano. E desde a época da antiguidade, a briga pela terra, era uma marca da história, tanto que Caio e Ciro Graco morreram brigando pela posse da terra.

Hoje vemos no nosso país, uma situação de extrema dificuldade. E não talvez agravada pela questão agrária, mas a questão agrária é uma consequência da falta de uma política agrícola nacional, cuja vertente deveria ser a valorização de quem produz e não teríamos daí, hoje, tantos sem terra como temos no nosso país. Vemos que em bairros periféricos das grandes cidades, cerca de 57 a 62% daquelas pessoas, são compostas de pessoas que já tiveram a sua propriedade, ou que tiveram uma ligação estreita com a agricultura. Culpados são muitos. Meu caro Presidente, problemas são inúmeros, não se pode imaginar que a Reforma Agrária seja apenas como falou o Deputado Alborghetti, restabelecer um pedaço de terra para o Senhor que saiu da sua propriedade, porque ele não conseguirá sobreviver, como não estão sobrevivendo as 17 mil propriedades que estão a venda no Estado do Paraná. Não adianta colocar um pedaço de terra ao agricultor, para que ele não tenha a condição de ali permanecer produzindo, mas não adianta fechar os olhos também para uma realidade cruel daqueles que saem das pequenas propriedades, vêm nas cidades, não sabem o que fazem, ou fazem o que não sabem. E se transformam num problema social que aos cofres públicos custam 8 a 9 vezes mais do que se desse apoio para ele sobreviver lá no campo.

Nos deparamos agora, numa situação de eminente conflito permanente no campo, fruto de uma falta de ação dos responsáveis por uma política agrícola nesse país,

e que a cabo dela, veio nascer uma política agrária que possa estabelecer aonde serão assentados os agricultores sem terra. Qual o critério para que eles sejam assentados, aonde serão desapropriadas as áreas, e quando não desapropriadas, adquiridas pelo Governo Federal.

Portanto, Senhor Presidente, gostaria de deixar aqui apenas a preocupação, de que esse estúpido aceso, que são as diferenças sociais, não podem aos olhos de qualquer pessoa sensata e muito menos desse Poder, passarem despercebidos ou incólumes a ponto de não entendermos o que significaria a Reforma Agrária, até porque não é uma Reforma Agrária do sistema Comunista, muito menos Socialista, é uma Reforma Agrária do sistema Capitalista, porque não vai se transformar as propriedades numa grande fazenda estatal, mas sim, na possibilidade dos verdadeiros agricultores que não tiveram possibilidade de ter um pedaço de terra poder ter o seu pedaço de chão para ali sustentar a sua família.

Agora, erros muitos, inclusive da legislação trabalhista rural que, impede os nossos agricultores de terem a mesma relação que tinham antigamente com os seus patrões que hoje é impossível de se estabelecer em muitas propriedades não terem lá os agricultores trabalhando, porque têm muitos agricultores que não pode e não consegue se auto-administrar, e seria basicamente, a solução para o seu trabalho.

Então é uma situação difícil, mas hoje ainda em Florianópolis nós tivemos um entendimento de que, o centro-sul do País na semana que vem ou na próxima semana irá ter uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária, o Ministro da Agricultura e juntamente com a Confederação Nacional da Agricultura, quem sabe uma audiência com o Presidente da República, no sentido de que, tenhamos alternativas que possam, pelo menos, minimizar esta tensão que vive o campo no momento pelas dificuldades.

Gostaria de agradecer de minha parte a presença da Sociedade Rural e dizer que, nem eles são contra os agricultores sem-terra e nem os agricultores sem-terra são contra os proprietários, apenas uma questão de injustiça social, de números que não deixam mentir, que nos levam ao absurdo de milhares de famílias não terem sequer a dignidade de produzirem para o seu sustento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecendo e colocando esta Casa ao inteiro dispôr à Sociedade Rural do Paraná, às Cooperativas, à Federação de Agricultura e deixando, com que os Senhores, se nos derem o prazer de continuarem conosco ao Manoel Garcia, Eduardo Baggio, Adilson

Berge, Wilson Moravisk e todos os companheiros que aqui se encontram, bem como os companheiros sem-terra que aqui também estão conosco, concedo a palavra neste instante ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Gostaria antes de dizer que a Associação das Cooperativas do Paraná, assim como, as Associações de Rádios Comunitários vêm lutando pela regulamentação dessas pequenas rádios de baixa potência para também atingir o que chamamos comunicação necessária no ambiente comunitário.

Quero anunciar nesta Casa a presença do Presidente Nacional da Associação Brasileira de Anistiados Políticos, Senhor Carlos Fernandes e acompanhado pelo Senhor Espedito Oliveira da Pocha. Convido o Senhor Carlos Fernandes para fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS FERNANDES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados companheiros sem-terra e distinto público que nos ouve.

É para nós profundamente significativo estarmos aqui hoje nesta Assembléia, no Paraná, vindos de Brasília, Presidente que somos de uma Associação que reúne homens que lutaram antes de 64 e depois de 64 sofreram por suas lutas em favor daqueles que, se desde aquela época tivessem merecido a justiça de uma Reforma Agrária, teriam evitado que o sarge de brasileiros ainda estivessem morrendo.

Não estamos aqui para repetir as palavras vibrantes daqueles que, muito apropriadamente já delimitaram as condições em que a questão da terra deve ser solucionada. Mas, gostaríamos de dar em nome de um grupo de homens que sofreram torturas, punições, prisões, assassinados durante o regime militar, gostaríamos de dar aqui a nossa mensagem, afirmando a todos que a propriedade, sem dúvida nenhuma é um direito que o homem deve defender para segurança da família, nós temos por verdade maior e absoluta que enquanto as criaturas humanas não se destituírem do sentimento de propriedade acima do direito dos outros, nós não teremos jamais paz na sociedade humana.

O que importa não é defender a propriedade de alguns, mas sim o direito de todos a uma vida segura e para isso é necessário que antes de tudo transformemos, tiremos de dentro de nós o egoísmo que nos leva a ter um sentimento de propriedade capaz de, proprietários, armarmos a polícia e armarmos os políticos e armarmos os governos para matarem aqueles que passam fome, por essa mesma propriedade que pode-

ria garantir-lhes o sustento da família e mais ainda, a felicidade da Nação, porque não há Nação sem agricultura rica e produtiva.

Trazemos aqui para vocês a nossa palavra afirmando que nos últimos 200 anos da história humana, ocorreram duas revoluções principais cujo grito inicial dado por Jean Jacques Rousseau, afirmou: "Liberdade, igualdade, fraternidade". Não é possível que se transforme a sociedade humana sem que antes haja para movimentá-la, uma idéia eixo: o homem nada faz sem que pense antes. "Liberdade" foi a idéia eixo da Revolução Francesa, o primeiro momento. A tese dessa revolução cristã que vai ocorrer agora no fim do mundo, no fim da nossa era.

A segunda palavra eixo que motivou a Revolução Russa foi a "Justiça, a Igualdade".

Estamos no terceiro momento revolucionário.

Nossa Nação fará uma revolução mundial. Essa revolução mundial tem por base a palavra eixo que é o amor e é necessário para que se faça uma revolução pelo amor, que se transformem os espíritos humanos e a transformação do espírito humano exige, afirmamos mais uma vez que o homem se destitua primeiro do sentimento de propriedade até da sua própria família, da sua mulher. Que a mulher se destitua do sentimento de propriedade do homem, que os pais se destituam do sentimento de propriedade dos filhos e que todos se destituam do sentimento de propriedade da casa, que todos se destituam do sentimento de propriedade, até mesmo dos conceitos retardados, retrógrados e conservadores que ainda saturam a humanidade no ódio, na violência, na injustiça.

Nada acontecerá senhores se apenas fórmulas momentâneas forem utilizadas. Nada acontecerá se dentro de cada um de nós reformarmos a nossa visão, não tirarmos do primeiro lugar os nossos interesses pessoais, de temos poder, de termos dinheiro, de termos prestígio e colocarmos tudo isso antes dos interesses da humanidade. Se não colocarmos a nossa vida a serviço da humanidade realmente renunciando aos nossos direitos primeiros para vermos primeiro os direitos dos outros, não teremos paz.

Entretanto companheiros, afirmamos que a caudal do ódio que a injustiça provocou, que hoje agita os sem-terra e arma os policiais até com o beneplácito daqueles que estão com a sua comida garantida, daqueles que têm o seu salário garantido, a caudal desse ódio contra a vontade dos que amam, reformulará a terra, provocará sem dúvida nenhuma, que a desgraça e o sofrimento faça com que as criaturas humanas raciocinem e o amor vencerá, porque o Cristo há dois

mil anos afirma que é necessária uma revolução total que tem que ocorrer no espírito humano e no espírito do sistema. Este sistema nós rejeitamos e afirmamos, Senhores, que nós, anistiados políticos, com todos aqueles que hoje sentem a necessidade de transformar a nossa Nação e o Mundo, estaremos juntos com vocês e junto com a juventude, que terá condição de renunciar para realizar o amor nestes próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, no Horário da Liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Escutei todos até o momento e quando presenciei aqui, os representantes dos produtores rurais, me veio uma frase de Rui Barbosa de 1923, que dizia mais ou menos o seguinte: que os conservadores são engraçados. Quando o povo clama e pressiona por mudança, diz que não resolverão o problema sob pressão. Se o povo se cala, nunca resolvem o problema do povo. E quando o povo vai à luta, aí há contradição, há o debate e aí, sim, pode ocorrer as mudanças.

Foi dito desta tribuna que o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, são os movimentos dos sem nada. Pois são sim os dos sem nada! os sem direito à saúde, sem direito à educação, sem direito à terra e à comida para matar a fome. Quando neste país metade da população brasileira passa fome. E entre a defesa do direito daqueles que não têm a sua cidadania, daqueles que passam fome e a defesa da propriedade privada, nós, do PT, ficamos com a defesa da vida e daqueles que hoje não têm o seu direito à cidadania.

O movimento dos sem-terra, constituído por homens trabalhadores e honestos, que não podem e não devem ficar dentro de suas casas - enxergando no olhar dos seus filhos - a ausência do pão e a fome que, pela manhã, todo dia após acordar, é a mesma de ontem e a mesma de anteontem e assim ao longo dos últimos tempos. E no entanto, os grandes proprietários rurais, muitos deles não conseguem justificar a origem da sua propriedade. Ou foi grilada ou foi concedida como prêmio por algum prefeito, por algum governador. Ou então é construída às custas da opressão e da repressão em cima de trabalhadores, em cima da exploração ou através de dinheiro emprestado com grandes subsídios. E depois, ainda, não tem seu imposto devido pago, ou seja, é descontado e subsidiado como disse o companheiro Colombo, dando exemplo da Giacomet-Marodin. Na qual no ano de 1996, tem um total de 138 reais para pagar. Enquanto o pequeno

proprietário rural pega sua terra para o banco, pega a sua terra ou ele tem que vender pela metade do preço para os grandes.

Aqui fala o filho de um ex-pequeno proprietário rural. E aqui, nessas galerias, têm muitos que trabalharam na roça e sabem onde foram: pararam em favelas ou na periferia das cidades. Um ou outro usa este Parlamento de paletó e gravata, nesta tribuna. Se não é vítima e depois querem a paz no campo. A paz que muitos desejam é a paz dos cemitérios, como foi em Eldorado do Carajás e em Corumbiara. Essa paz não queremos no campo. Queremos a paz onde todos tenham terra e direito, onde todos tenham seu direito à cidadania para viver.

Esses homens que ocupam essas terras, na grande maioria das vezes, são em terras improdutivas. Está lá para especulação e às vezes não custaram nada para aqueles grandes fazendeiros. Por isso defendemos a Reforma Agrária. Construiremos essa Reforma Agrária, seja na terra ou seja no ar, como quem está aqui reivindicando a mudança das rádios. Tem que se ter o fim do monopólio. Seja o monopólio da terra, seja o monopólio dos meios de comunicação ou aquele do transporte coletivo, no qual cada vez mais vai se concentrando a riqueza na mão de poucos e a maioria passando fome. Neste sentido hoje não ia usar esta tribuna para falar a respeito da questão da terra mas não podia ficar calado depois de tudo que aqui ouvi nesta tribuna. Vinha para ela para defender o direito às rádios comunitárias e falarei no tempo que me resta para fazer esta defesa. Os donos dos meios de comunicação que têm por hábito criticar as corporações, coitada a corporação dos petroleiros vai destruir o país, a corporação dos servidores públicos vai destruir o país, e a corporação da mídia eletrônica, nove donos, donos de todo o meio de comunicação que faz e desfaz deste País e sempre apoiam os grandes fazendeiros e se calam no momento das operações como Corumbiara e Carajás não mostrando o que acontece. É necessária a democratização dos meios de comunicação, esses mesmos donos dos meios de comunicação defendem o Projeto neo-liberal dizendo defensor do mercado, porque eles morrem de medo dos pequenos ao abrir uma pequena rádio? Porque não vão disputar o mercado que tanto defendem o mercado da informação? Porque ele sabem que outras informações chegarão ao povo. Aquele que não tem vez e não tem voz falará numa pequena rádio comunitária, aquela rádio comunitária vai levar aquelas informações que não interessa à elite brasileira seja ele fazendeiro ou grande empresário. Vai falar pelos pequenos e falando pelos pequenos democratizará o saber, democratizará a informação e vai fa-

zer com que a consciência popular aumente, e essa elite tem medo dessa consciência popular porque sabe que aumentar a consciência popular, este povo fará a reforma agrária na terra, no ar e nos monopólios como do transporte coletivo. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 102/96, subscrito pelos Srs. Deputados Jocelito Canto, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães e Péricles Mello, na qualidade de representantes da comunidade de Campos Gerais, constante do expediente, solicitando liberação imediata da verba destinada a conclusão da ponte que está sendo edificada sobre o Rio Tibagi no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação ao Substitutivo Geral da Comissão de Finanças do Projeto de Lei n° 282/95, relativo à Mensagem n° 46/95 de autoria do Poder Executivo, item 01 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O requerimento pede preferência para o substitutivo? Isso significa que não votaremos o Projeto?

O SP. PRESIDENTE - Votaremos primeiro o requerimento e em seguida o substitutivo. Aí não se vota o Projeto.

O SR. ROSINHA - Srs. Deputados, Sra. Deputada. Tal requerimento visa fazer com que esta Casa não analise a mensagem do Governo de n° 46/95 e sim passe imediatamente a analisar o substitutivo. Substitutivo este que dá prêmio, é premiado todo aquele péssimo empresário que não tem pago os impostos em dia, impostos estes que estão sendo cobrados ou judicialmente ou na dívida ativa ou administrativa. No momento em que não é analisada a mensagem do Governo nós vamos votar um substitutivo

que vamos dar prêmio. Aqueles que pagar até dia 20 de julho tem 90% de desconto, ou 80% da sua multa e assim por diante. Até parece contraditório a bancada de oposição defendendo o Projeto do Governo enquanto a bancada governista que deveria fazer com que a mensagem governamental fosse aprovada, ela se cala e quer que aprove o substitutivo. Isso é uma barbaridade. Quando o Governo diz que não tem dinheiro, não tem dinheiro para funcionário público, não tem dinheiro para executar obras nas periferias da cidade, não tem dinheiro. Então tudo que se reivindica, que a população reivindica, nós vamos dar prêmio para o péssimo empresário, nós vamos fazer com que eles não paguem a multa, é uma barbaridade isso. Eu conclamo os Srs. Deputados a votar contra tal requerimento e que passemos a analisar o projeto em si, e não premiar aquele que nunca contribuiu. Vem agora há pouco os produtores rurais se queixar de um monte de coisa, vem a população queixar de outra e no entanto essa Casa faz um substitutivo para dar presente para péssimo empresário, faça-me um favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento. Aprovado, com 3 votos contrários da Bancada do PT.

O DR. ROSINHA Verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada nominal Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Solicito ao 1º Secretário que efetue a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Techy) - Procede a Chamada Nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Dispensou a segunda chamada porque, já se verifica quórum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação com a dispensa da chamada nominal, por já haver número legal.

Em votação o requerimento da Preferência de votação do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.

O SR. FLORISVALDO FIER - Registro voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Já está devidamente registrado. Aprovado o requerimento, consequentemente em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.

VOTAÇÃO EM
ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/95, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 8.933, de 26.01.89, 8.925, de 28.12.88 e 9.927, também de 28.12.88, que tratam respectivamente, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão Causa Mortis, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. Com Emenda de Plenário, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., às de nº 03 e 04, e CONTRÁRIO às de nº 01 e 02.

EMENDA DE Nº 04 SUBSTITUTIVO DA
COMISSÃO DE FINANÇAS AO
PROJETO DE LEI Nº 282/95

Altera a redação do artigo 3º e seu § 2º, da Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei 282/95, conforme segue:

"Art. 3º - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 30 de abril de 1996, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais, dispensados os honorários advocatícios:

.....

§ 2º - Quando o crédito tributário já houver sido ajuizado para cobrança executiva o sujeito passivo deverá comprovar previamente a quitação dos encargos e despesas processuais proporcionalmente ao débito remanescente."

Sala das Sessões, em 28.05.96

(aa) ALGACI TÚLIO,
EDUARDO TREVISAN,
VALDIR ROSSONI,
EDNO GUIMARÃES,
ÉLIO RUSCH e
DULCIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente alteração pelo fato de que a dispensa dos honorários advocatícios, aliada a anistia da multa, propiciará ao contribuinte melhores condições para a quitação do seu débito pondo fim a centenas de executivos fiscais pendentes no judiciário e que guardam remotas possibilidades de recebimento do respectivo crédito tributário pelo Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI 282/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo tem por objetivo alterar

os dispositivos das Leis 8933 e 8927 que tratam respectivamente do ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação às emendas apresentadas em Plenário, nada encontramos que pudesse prejudicar as de n° 3 e 4.

Portanto, somos favoráveis às de n° 3 e 4 e contrário às de n° 01 e 02, por ferir a referida matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Irondi Pugliesi, Geraldo Cartário, José Tavares, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Basílio Zarusso, Orlando Pessuti, Albanor Gomes e Augustinho Zucchi.

Reservadas as Emendas de Plenário.

Em votação os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, conservem-se como estão.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É importante que se leia, pelo menos, uma parte do Projeto de Lei para se saber o que está acontecendo.

O Governo do Estado, por ter alguns milhões de Reais para receber, envia uma mensagem a esta Casa com um projeto que visa recuperar dinheiro daqueles empresários, alguns por incapacidade financeira e outros por malandragem de não ter pago os impostos, ele quer ver recuperado esse dinheiro. Ao mandar para cá o Governo visa receber, aí esta Casa resolve diminuir o valor das multas. Aquele que pagar até uma determinada época, terá um desconto de 80% sobre a multa. Aqueles que pagarem em 08 parcelas mensais 70%. Em 10, 60% e vai assim por diante.

Hoje, todos os Senhores sabem que com a cobrança da maneira como está sendo feita, de 1% ao mês, é preferível deixar o dinheiro, é preferível deixar sem pagar os impostos e fazer com que, - Já está sendo distribuída a Ordem do Dia da Sessão Extraordinária, já com a aprovação do Substitutivo.-

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anúncio ao nobre Deputado que foi erro da Assessoria da Mesa.

Emendo recolher os exemplares, o próprio que os distribuiu.

O SR. FLORISVALDO FIER - Erro ou não, demonstra como esta Casa trata as questões, aqui é praticamente perder tempo encaminhando Projetos ou pedir que se pense

o que está sendo votado.

A Ordem do Dia, da Sessão imediatamente, posterior a essa de Sessão Extraordinária contra o Projeto que não foi nem aprovado em primeira discussão, está na Ordem do Dia que foi colocada sobre a Mesa, já com o Substitutivo aprovado. Aí se vê como se trabalha.

Portanto, quando se tem maioria não se discute Projeto, passa-se por cima.

Retomando a questão da nossa argumentação, se o Governo não tem dinheiro e deseja ver recebido esse dinheiro, ele deve fazê-lo.

Não pode deixar assessoria, se ela cometeu erro, esse é da Ordem do Dia que está em discussão. Diz o Senhor Presidente que foi erro da assessoria, coitado. Eu sei que não foi erro da assessoria, eu sei de quem foi o erro, provavelmente da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Esse Projeto vem favorecer os péssimos empresários. Se desejasse atender ao micro, pequeno empresário, aquele que realmente passa dificuldade e merece ser atendido, tinha componente nessa lei, colocando que seria resguardada essa negociação para quem tinha determinado o montante em dívidas, em Ufir ou qualquer um outro sistema que se use de avaliação. Mas não indiscriminadamente, para favorecer todos os empresários do nosso Estado. Aí, é que se vê, trata aquele que tem dificuldade, com aquele que é malandro, com os mesmos direitos. É a impunidade que impera nesse País com a conivência ou mesmo a colaboração dos poderes e, no caso, do Poder Legislativo. Que trata igual do pequeno ao grande. O pequeno que em dificuldade, que poderia ser contemplado, um direito seu, não o tem.

Por isso a bancada do PT vota contra e foi ótimo que foi mostrado que aqui se (tratora) quando a Ordem do Dia da Sessão já está sendo distribuída como projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças. APROVADO. Com votos contrários da Bancada do PT.

Em votação a Emenda n° 01, com Parecer Contrário da CCJ. Foi retirada a Emenda, pela conversa do Deputado Orlando Pessuti. REJEITADA a Emenda.

Emenda n° 02, com Parecer Contrário da CCJ.

Com a palavra para encaminhar a Emenda n° 02, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Discordando de algumas colocações feitas por quem antecedeu, gostaria de deixar claro o pensamento senão da bancada, mas

desse parlamentar, individualmente.

Nós não podemos concordar e não somos cegos, de que não enxergamos a situação econômica que passa o setor produtivo do nosso País.

Nós temos consciência clara, nítida de que o empresário, do setor produtivo, industrial, principalmente, do Sul do Paraná, ou parte do nosso Estado, vêm passando por uma enorme dificuldade. Hoje, não é somente a empresa grande que não pode recolher os seus tributos. As pequenas indústrias, as pequenas empresas, está aí estampado nos jornais, o número assustador de concordatas e falências, que se está requerendo e sendo homologadas no nosso Estado.

Na região de Irati, principalmente, eu posso falar, porque falo de minha região e falo de cadeira, Deputado Alborghetti, as indústrias madeireiras, da minha região, na sua grande maioria estão à beira da falência e tantas outras, praticamente já demitiram mais de 80% dos seus funcionários. O desemprego na nossa região é assustador. E não é somente no setor das grandes indústrias. As pequenas indústrias estão praticamente falidas.

Nesta sexta-feira que passou, com tristeza, que eu pude acompanhar um leilão, lá, na comarca de Irati, ainda uma pequena empresa, que tem doze funcionários e estava sendo leiloado a sua máquina produtora, porque não pôde recolher o INPS dos seus funcionários e nem sequer do proprietário da empresa e muito menos o ICMS, que já há muito tempo está penhorado outros bens daquela empresa.

Nós temos que ter consciência disso. O nosso Estado, o nosso País, até o acomodamento da nossa moeda. O setor produtivo está carecendo de ajuste fiscal. Está carecendo do apoio do Governo do Estado e do Governo Federal.

Houve a securitização da dívida, na área agrícola, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Agostinho, que está aqui, o trabalho desta Casa, trabalho mobilizado por V.Exas...

E o que que está se fazendo para o setor industrial do nosso Estado, para as pequenas indústrias alocadas em todos os recantos do nosso Estado, principalmente nos pequenos municípios. Quem é do interior, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, quem é do interior sabe perfeitamente o que passa no interior de Rebouças, de Rio Azul, de qualquer município, a situação das empresas, do comércio e da indústria. É preciso que se faça alguma coisa.

Apresentei uma Emenda contrariando totalmente, talvez até alguns princípios excluídos de vez sobre o saldo devedor, a aplicação da multa, porque - se a moeda está estável, se não há inflação, Deputado

Luiz Carlos Alborghetti, o contribuinte que não paga em dia vai pagar com juro no dia seguinte. Está muito correto pagar com juro, agora multa em cima de uma economia, ou de uma moeda estável onde não há inflação é uma injustiça, é um bitributação em cima do contribuinte.

Por isso que estou votando favoravelmente a esse Projeto desde o início e defendendo esta Emenda, Deputado Algaci Túlio, que não se aplique a multa ao saldo devedor, cobra-se o juro, quem vai ao banco toma o dinheiro emprestado e paga o juro. Muitos empregados estão no atoleiro por aí na economia paralela do nosso País, estão dependurados com juro de 10, 15, 20%.

No entanto, se deve o ICMS, multa e ninguém vai pagar isso. Parabéns, gostei do Projeto, estou votando favoravelmente na defesa do setor produtivo e gostaria que esta Emenda aqui fosse apreciada para que pudéssemos não premiar o mau pagador, mas premiar aqueles que querem ainda, permanecer vivos no setor produtivo do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para Encaminhar a Emenda, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, demais Deputados, nós compreendemos a fala do Deputado Toti Colaço, da situação de quase insolvência em que vive o empresariado nacional e não é respectivo do Paraná, só que nós não podemos concordar com a Emenda apresentada a despeito de toda a consciência que o Deputado tem no sentido de ajudar as pequenas empresas, as empresas hoje que geram emprego e que não têm condições de efetuar os seus pagamentos.

Mas o princípio da multa, Senhores Deputados, é um princípio que deve trazer a punição aquele que não realizou o pagamento no prazo adequado. E nos precisamos manter este princípio, porque se não nós arrebatamos com o tesouro do Estado. O que nós precisamos fazer e isso é necessário que se fala com urgência, é diminuir o peso desta multa, o peso da multa do ICMS é algo escorchante numa economia estabilizada, numa economia em que tem valor a moeda, indo até 100% da multa é algo que o empresário não consegue sustentar.

Agora, entre reduzir o coeficiente dessa multa e isentar-se dessa multa há um espaço muito grande e daí nós não podemos concordar, companheiro Toti. É necessária a manutenção do instituto da multa, só que ela deve estar equalizada com a nossa situação econômica e financeira.

Esta é a colocação que nós fazemos aos

demais companheiros e ao Presidente da Casa.

Muito obrigado!

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Eu só quero colocar ao Deputado Toti Colaço, eu entendo perfeitamente o raciocínio dele. Eu tenho um Projeto aqui na Assembléia que reduz a multa toda ela, que era uma multa diária, 0,25 por dia, 2% de multa, porque é mais do que a inflação.

Agora o fato de se retirar a cobrança da multa, Deputado Toti Colaço, você acaba contemplando o péssimo pagador e não premiando o bom pagador. Então, nós não podemos contemplar o péssimo pagador, nós temos que reduzir o percentual da multa aos patamares nossos atuais, aos níveis de inflação atual, aí sim, agora não contemplamos o péssimo pagador. Porque se retirarmos simplesmente a multa, nós vamos fazer com que todos paguemos atrasados.

Então, não vamos contemplar aquele que paga religiosamente a sua conta. Então essa é a posição que eu quero colocar.

A questão de contemplar aquele que paga em dia, e não pagando com multa, e não se contempla aquele que não paga em dia cobrando a multa.

Eu gostaria até Sr. Presidente, nesse momento, pedir a V.Exa. que colocasse em pauta o meu projeto, porque está na Casa já algum tempo, que regulamenta a questão da cobrança da multa. A multa demora dia a dia. É um projeto pioneiro, o Paraná vai sair na frente por quê? Porque nós vamos regulamentar isso no Paraná, enquanto em outros Estados existe apenas o acordo de cavalheiro. Eu gostaria nesse momento de aproveitar e colocar isto em discussão, em regime de urgência Sr. Presidente, para que tenhamos esse problema todo solucionado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa solicitação será encaminhada ao Departamento Legislativo da Casa para os devidos fins.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda nº 2 queiram levantar-se. Emenda **Rejeitada**.

Emenda nº 3 com pareceres favoráveis, das Comissões. Srs. Deputados que aprovam a Emenda. **Aprovada**.

Emenda nº 4 - Com pareceres favoráveis. Srs. Deputados que aprovam a Emenda. **Aprovada**. Consequentemente está prejudicado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

FEDACÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 085/96, que Declara o dia 22 de outubro de cada ano, sendo o dia do Policial Rodoviário Paranaense. **Aprovado**. (Publ. no DA. nº 21

de 25.03.96).

O SR. ALGACI TULLIO - Sr. Presidente há um Requerimento de minha autoria, constante do expediente, pedindo a inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições requer ouvido o plenário a inversão total a partir do item nº 2 da Ordem do Dia que já foi aprovado.

Srs. Deputados que aprovam o Requerimento. **Aprovado**.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos o restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/96, que aprova Abertura de Crédito Suplementar no Valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), visando atender despesas de exercícios anteriores com INSS da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado**. (Publ. no DA nº 79 de 05.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/96

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00, visando atender despesas de exercícios anteriores com INSS da Secretaria de Estado da Educação.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, regimental e constitucional, não há nada que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.96
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/96, que Objetiva Estabelecer Normas Pertinentes ao Sanitarismo Animal no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em Regime de Urgência. (Publ. no DA. nº 79 de 05.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 236/96

P A R E C E P :

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo visa estabelecer normas

pertinentes ao sanitário animal no Paraná.

Da análise do referido Projeto, não há óbice que impeça sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 236/96, e enviado para a Comissão de Agricultura desta Casa. Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, constatando o teor do projeto, o mérito do projeto, não só deve passar pela Comissão de Agricultura, mas também de Meio Ambiente e de Saúde. Basta observar o mérito dele, ele não obedeceu os trâmites legais. Nós somamos a esse Requerimento com essa observação, para que vá também para essas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Precisa que V.Exa. remeta a nós um Requerimento e acredito que também será aprovado.

Em Discussão o Requerimento, passando pela Comissão de Agricultura e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Senhores Deputados que aprovam. APROVADO. Voltará o projeto com os referidos pareceres na reunião da próxima quinta-feira.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural e Científico Brasil - Japão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 64, de 21.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 195/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Cultural e Científico Brasil - Japão, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Pelo parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 09

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Executivo a criar uma Delegacia de Polícia especializada em acidentes de trabalho em Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo Estadual a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná no Município de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/95, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello, Argelo Vanhoni e Claudio Romanelli, que institui o Fundo Estadual de Habitação, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado, Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões. APROVADO. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 449/95.

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 347/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas privadas que contratem pessoas portadoras de deficiência física, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 338/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que dispõe sobre a padronização de cores dos ônibus escolares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., e C.O.P.T.C.. Anexo Projeto de Lei nº 038/96. Autoria do Deputado Antonio Pelinati.

O Projeto retorna antes da discussão para a CCJ.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 152/96, que declara de Utilidade Pública

Estadual, a Associação Social São Leopoldo, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 52, de 29.04.96.).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 124/96, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede no Município de Rio Azul. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 36, de 10.04.96.).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento n° 303, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 305 e 306, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 307, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 308, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 310 e 311, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 312 e 313, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 314 e 317, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 315, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 318, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 320, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Péricles de Mello e Argelo Varhoni, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 321, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 322, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 323, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 326, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 327 e 328, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Pela Ordem) -

Gostaria de fazer um convite de extrema importância aos Senhores Deputados, amanhã de manhã a Comissão de Educação se reunirá com a comunidade científica do Paraná, Reitores das Universidades, Professores, Cientistas Sociais, para discutir a regulamentação do Artigo 295, Projeto que veio do Governo. Já existe um Projeto em tramitação de autoria do Deputado Pessuti e outros e nós queremos fazer uma discussão profunda sobre esse projeto. Hoje os professores passaram o dia todo reunidos aqui na Assembléia e esperamos contar com a presença do líder do governo, das lideranças de outras comissões e dos partidos dessa Casa, para poder abrir o processo de negociação com o governo para que finalmente tenhamos regulamentado o artigo 205 da nossa Constituição.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do pessoal da paróquia do Senhor Bom Jesus, de Piraquara que veio prestigiar a sessão dentro do debate com relação às rádios comunitárias. Estão aqui o vereador Eliseu Meira e o companheiro Artur Conrado que faz parte da Rádio do Senhor que vieram prestigiar este evento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrada e associada pela Mesa Executiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 359 e 375/95; 049, 105, 210, 211, 216 e 219/96.

e Projeto de Lei Complementar n° 237/96.

Marco ainda uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão.

Levanta-se a sessão.